

ELFSM_Resultados 2024



Empresa Luz e Força
Santa Maria
S.A.

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2024**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE	3
1. SOBRE A SANTA MARIA	4
2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS	6
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	7
4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	15
5. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	18
6. AUDITORES INDEPENDENTES	28
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO.....	29
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO	30
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS	31
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	33
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	34
NOTAS EXPLICATIVAS.....	35
1. CONTEXTO OPERACIONAL	35
2. CONTRATO DE CONCESSÃO	35
3. BASE DE PREPARAÇÃO.....	36
4. ADOÇÃO DAS IFRSS NOVAS E REVISADAS.....	38
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	40
6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	40
7. TRIBUTOS	42
8. ALMOXARIFADO OPERACIONAL	44
9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	45
10. REPASSE CDE.....	47
11. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	48
12. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	49
13. INTANGÍVEL	52
14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS	53
15. FORNECEDORES	56
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	57
17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	58
18. PROVISÕES	59
19. ENCARGOS SETORIAIS	61
20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	63
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	66
23. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS	71
24. RESULTADO FINANCEIRO	73
25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	74
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	75
27. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	81
28. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	82
29. COBERTURA DE SEGUROS	84
30. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	84
CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	86
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	87

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Prezados acionistas, colaboradores e parceiros,

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração referente ao exercício de 2024 da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A. Neste documento, compartilhamos os principais resultados e avanços conquistados ao longo do ano, reafirmando nosso compromisso com a qualidade no fornecimento de energia elétrica e o desenvolvimento responsável da região onde atuamos.

O ano de 2024 foi marcado por desafios e conquistas significativas para a Santa Maria. Registramos um crescimento de 4% no mercado de distribuição, atingindo 645,972 GWh, além da conexão de 2.488 novos clientes ao nosso sistema. Mantivemos nosso compromisso com a excelência operacional e investimos na modernização e expansão de nossa infraestrutura, garantindo a confiabilidade e a segurança do sistema elétrico. A execução do projeto “Colatina 2” e os avanços em eficiência energética demonstram nosso empenho em oferecer um serviço de alta qualidade, alinhado às melhores práticas do setor.

Além dos investimentos em infraestrutura, com um total de R\$ 33,8 milhões investidos, reforçamos nosso compromisso com a governança corporativa, aprimorando processos internos e fortalecendo nossas práticas de gestão. As premiações e reconhecimentos obtidos ao longo do ano, como o Prêmio ABRADÉE e a Certificação Great Place to Work (GPTW), refletem o trabalho dedicado de nossos colaboradores e o impacto positivo de nossas iniciativas.

A Santa Maria também segue comprometida com a responsabilidade socioambiental, reduzindo as perdas na distribuição para 7,89%, abaixo do limite regulatório da ANEEL, além de, promovendo ações voltadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento das comunidades onde atuamos. Projetos como o “Santa Maria Ilumina” e iniciativas de apoio social reforçam nossa missão de contribuir para um futuro mais responsável e inclusivo.

Olhamos para o futuro com otimismo e determinação. Continuaremos a buscar inovação, eficiência e excelência em nossas operações, sempre pautados pelos princípios de ética, transparência e compromisso com nossos clientes e acionistas. Agradecemos a confiança de todos que fazem parte da nossa trajetória e seguimos juntos na construção de um futuro energético mais seguro e responsável.

Atenciosamente,

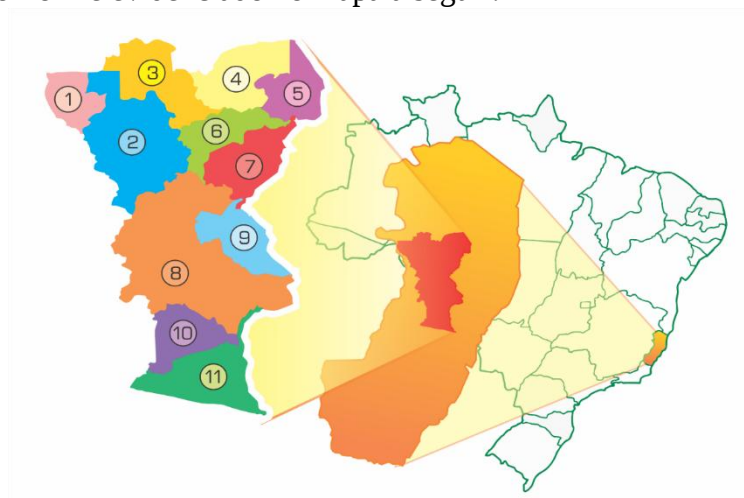
Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

1. SOBRE A SANTA MARIA

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Colatina, Espírito Santo. Atua como concessionária de distribuição de energia elétrica, abrangendo 11 municípios em uma área de 4.994 km². Atende cerca de 290 mil pessoas em mais de 126 mil unidades consumidoras, sendo regulada pela ANEEL, com contrato vigente até 2045.

1.1 Área de concessão

Geograficamente, a área de concessão da Santa Maria está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, conforme evidenciado no mapa a seguir:



1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindenberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).

A economia na região é diversificada, abrangendo atividades agrícolas, pecuárias e industriais. A agricultura, sobretudo na produção de café conilon, é de grande destaque.

Segundo dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (“INCAPER”), o Espírito Santo é o maior produtor de café conilon do Brasil, respondendo por cerca de 70% da produção nacional. A Região Noroeste, em particular, destaca-se ao contribuir com aproximadamente 41,5% dessa produção local. A cafeicultura na região concentra-se em áreas de topografia acidentada, liderada por pequenos produtores familiares que adotam tecnologias avançadas. Com mais de 70% das plantações irrigadas, a região demonstra uma infraestrutura agrícola robusta, influenciando diretamente o mercado da Companhia.

Desde sua fundação em 1946, a Santa Maria tem mantido um compromisso sólido com a eletrificação rural, inaugurando esse esforço em 1956 com a construção da usina de Tabocas, a 40 km de Colatina. A conexão com a usina de Rio Bonito impulsionou significativamente a disponibilidade de energia, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional.

A Santa Maria foi pioneira na universalização do fornecimento de energia elétrica, apresentando um dos maiores percentuais de consumo rural do país, atualmente em torno de 41% do mercado total. O

Resultados de 2024

setor residencial, por sua vez, contribui com aproximadamente 33% da energia distribuída pela Companhia.

Além disso, a região tem experimentado um crescimento nos setores de comércio e serviços, especialmente no município de Colatina, reconhecido por sua posição estratégica como centro comercial e de serviços na Região Noroeste.

1.2 Clientes

Ao longo do ano de 2024, foram conectados 2.488 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 2% em relação a 2023), totalizando 126.040 consumidores atendidos, conforme demonstrado a seguir:

Número de consumidores	2024	2023	Δ Qtd	Δ %
Residencial	77.711	76.295	1.416	2%
Rural	35.140	34.460	680	2%
Comercial	10.295	10.067	228	2%
Industrial	1.431	1.381	50	4%
Demais classes	1.350	1.265	85	7%
Total cativos	125.927	123.468	2.459	2%
Comercial	45	35	10	29%
Industrial	65	46	19	41%
Total livres	110	81	29	36%
Industrial	3	3	0	0%
Total agentes de geração	3	3	0	0%
Total consumidores	126.040	123.552	2.488	2%

1.3 Sistema de distribuição

O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e cuidadosamente dimensionado, visando assegurar a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico. Os principais dados das instalações e ativos elétricos em serviço em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Descrição	2024	2023	Δ %
Subestações			
Quantidade	13	13	0%
Potência instalada de transformadores (MVA)	701	691	1%
Redes de distribuição próprias (Km)	8.429	8.309	1%
AT (maior ou igual a 69 KV)	107	107	0%
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.510	7.401	1%
BT (menor que 1 KV)	812	801	1%
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	18.930	18.131	4%
Urbano	1.532	1.471	4%
Rural	17.398	16.660	4%
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	475	437	9%
Urbano	122	115	6%
Rural	353	322	10%
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	93.309	91.578	2%
Urbano	24.976	24.659	1%
Rural	68.333	66.919	2%

Resultados de 2024

A Companhia gerencia um sistema elétrico que abrange aproximadamente 107 km de linhas de distribuição, operando em tensões de 138 mil e 69 mil volts, conforme detalhado a seguir:

Linhas de distribuição	Extensão (km)
69 kV	50
138 kV	57

Esse sistema é composto por 14 subestações de distribuição, totalizando uma potência instalada de 701 MVA, evidenciando a capacidade da Santa Maria em lidar com demandas elétricas significativas. O parque de subestações categorizado por níveis de tensão é como segue:

Tensão	Quantidade	MVA
24,2 kV	7	53
69 kV	4	293
138 kV	3	355

Além disso, a Companhia mantém um sistema de distribuição de média tensão, com aproximadamente 7.510 km de redes operando entre 15 e 25 mil volts. Esta rede é equipada com 18.930 transformadores próprios, resultando em uma potência instalada de 475 MVA.

A Santa Maria também conta com uma frota de 101 veículos, predominantemente composta por caminhões e caminhonetes, destinados a oferecer suporte eficiente às suas operações. Essa abordagem evidencia o compromisso da Companhia em garantir a eficácia operacional, a manutenção da infraestrutura elétrica e a satisfação dos clientes.

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

• Prêmio ABRADÉE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

Criado para reconhecer e promover a excelência na gestão das distribuidoras de energia elétrica no Brasil, o Prêmio ABRADÉE é um dos mais prestigiados do setor. Avaliando critérios como qualidade dos serviços, satisfação dos clientes, responsabilidade socioambiental e segurança, a premiação impulsiona melhorias contínuas e fortalece o compromisso das empresas com a inovação e a eficiência.

Em 2024, reafirmamos nosso compromisso com a excelência aos sermos reconhecidos em três categorias: 2º lugar em Saúde e Segurança (Menção Honrosa); 2º lugar no Prêmio Nacional; e 3º lugar em Avaliação pelo Cliente.

Essas conquistas refletem o comprometimento e a dedicação de nossas equipes em oferecer um serviço de alta qualidade, garantindo a segurança e a satisfação de nossos clientes.

Resultados de 2024

- **Prêmio ANEEL de Ouvidoria**

Nosso compromisso com a qualidade no atendimento também foi reconhecido no Prêmio ANEEL de Ouvidoria 2023, no qual conquistamos o 3º lugar. A premiação, anunciada no mês de junho de 2024 durante o XXI Encontro Nacional de Ouvidores do Setor, confirma as ouvidorias que se destacam pelo atendimento ao consumidor e pelo tratamento eficiente de reclamações. A Santa Maria foi finalista em todas as edições anteriores, e esta é a quarta premiação recebida pela nossa Ouvidoria.

- **Certificação Great Place To Work (GPTW)**

Conquistamos a certificação Great Place to Work (GPTW), um reconhecimento do nosso compromisso com um ambiente de trabalho colaborativo, transparente e animado para o bem-estar dos colaboradores. Esse selo comprova que a energia que move a Santa Maria começa dentro da nossa própria equipe, fortalecendo nossa cultura organizacional e impulsionando nossa missão.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Contexto setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

3.1.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. Considerando que em 2021 a Santa Maria se submeteu à 5ª revisão tarifária periódica, a próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2026.

Resultados de 2024

3.1.2 Reajuste tarifário anual de 2024

Em setembro, foi homologado pela ANEEL o resultado do reajuste tarifário anual de 2024 da Santa Maria, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de -3,49%, sendo de -2,39%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de -3,65%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

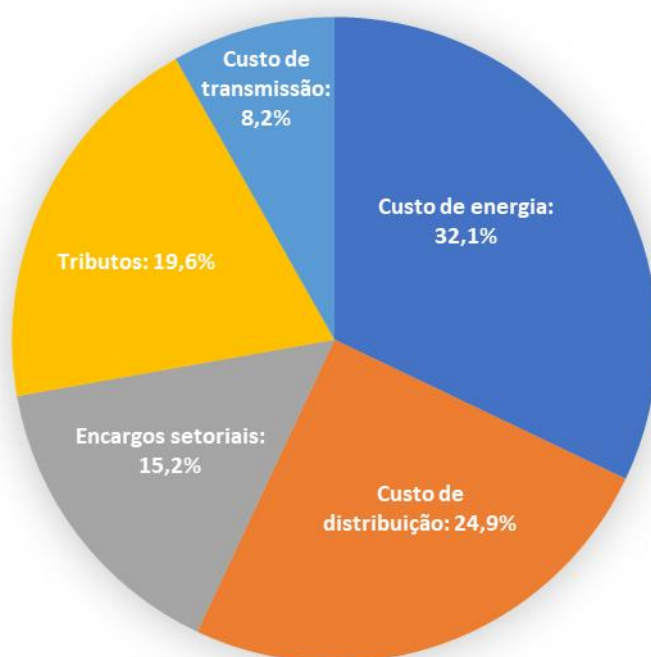
Grupo de consumo	Variação tarifária
AT - Alta tensão (>2,3kV)	-2,39%
BT - Baixa tensão (<2,3kV)	-3,65%
Efeito médio AT + BT	-3,49%

O efeito médio de -3,49% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos das Parcelas A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET, para a formação da receita requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

A diferença entre os efeitos médios indicados acima é proveniente da variação dos itens de custo arrecadados pelas tarifas aplicadas à cada grupo. Na composição do efeito médio, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em -4,02%, enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável por +1,18%, conforme apresentado a seguir:

Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário	
		2024	2023
1	Encargos setoriais	-2,61%	-0,76%
2	Custos de transmissão	-2,46%	-0,50%
3	Custos de aquisição de energia	1,05%	-0,08%
4	Receitas irre recuperáveis	0,00%	-0,02%
5	Total da Parcela A (1 + 2 + 3 + 4)	-4,02%	-1,36%
6	Total da Parcela B	1,18%	0,67%
7	Índice de Reposicionamento Tarifário (5 + 6)	-2,84%	-0,69%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	-6,63%	-6,33%
9	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	5,98%	-3,83%
10	Reajuste Total Médio das Tarifas (7 + 8 + 9)	-3,49%	-10,85%

A participação dos itens das Parcelas A e B na nova receita anual da Companhia, com tributos, é como segue:



3.2 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2024, o mercado da Santa Maria atingiu 645,972 GWh, refletindo um aumento de +4% em comparação com 2023, quando o total foi de 618,843 GWh. Esse crescimento é composto por um incremento de +2% do mercado cativo, e de +17% do mercado livre.

O desempenho positivo em 2024 é atribuído, principalmente, a fatores climáticos, incluindo chuvas regulares ao longo do ano, com aumento da intensidade no 4T24, e temperaturas mais elevadas. Esses elementos impactaram, notadamente, as classes rural e residencial, que registraram variações positivas de +5% e +8%, respectivamente.

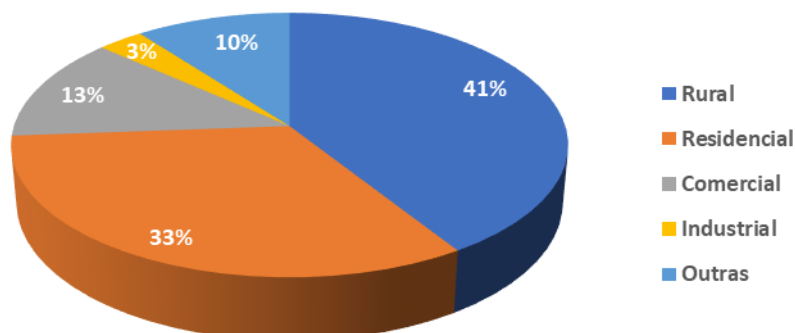
As classes comercial e industrial, por outro lado, apresentaram variações negativas de -10% e -31%, respectivamente, em comparação com 2023, impactadas, predominantemente, pela migração de consumidores cativos para o ambiente de contratação livre, ocorrida em 2024.

O comportamento do mercado da Companhia é detalhado da seguinte forma:

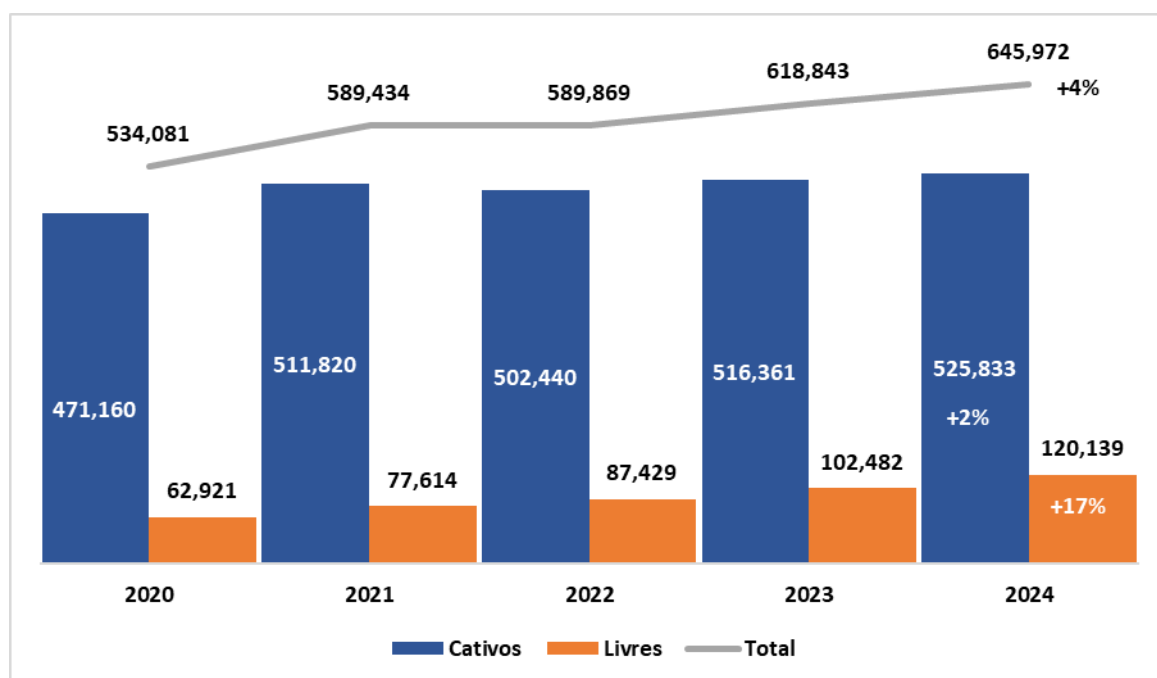
GWh	2024	2023	Δ %
Rural	215,592	206,091	5%
Residencial	172,655	159,718	8%
Comercial	66,970	74,794	-10%
Industrial	16,179	23,380	-31%
Outras	54,437	52,378	4%
Total mercado cativo	525,833	516,361	2%
Comercial	31,023	22,647	37%
Industrial	89,116	79,835	12%
Total mercado livre	120,139	102,482	17%
Total mercado	645,972	618,843	4%

Resultados de 2024

A participação no mercado cativo da Santa Maria, por classe de consumidores, é demonstrada no gráfico a seguir:



A evolução do mercado da Santa Maria, em GWh, nos últimos 5 anos, é como segue:



3.3 Perdas

Anualmente, a Santa Maria intensifica suas ações de combate ao furto e à fraude, ao mesmo tempo que dedica esforços constantes para aprimorar os processos de fiscalização, visando a redução das ligações clandestinas.

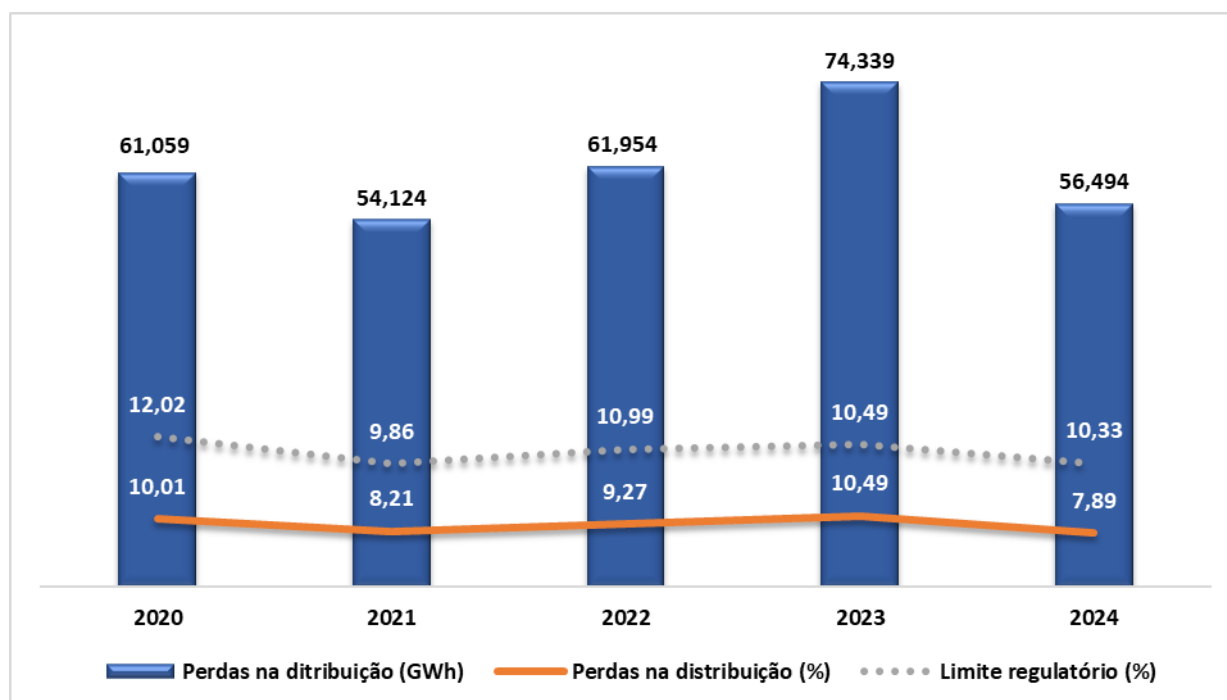
Em 2024, as perdas na distribuição situaram em 56,494 GWh, correspondendo a 7,89%, em comparação com os 74,339 GWh (10,49%) registrados em 2023. A redução de 2,6 ponto percentual situou as perdas da Companhia abaixo do limite regulatório estabelecido pela ANEEL. O comportamento dessas perdas é apresentado da seguinte forma:

Resultados de 2024

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2023	2024	2023	2024	2023	2024	
8,88	7,03	1,61	0,86	10,49	7,89	10,33

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas na distribuição (GWh)		Δ % 2024/2023
2023	2024	2023	2024	2023	2024	
62,941	50,327	11,398	6,167	74,339	56,494	-24,00

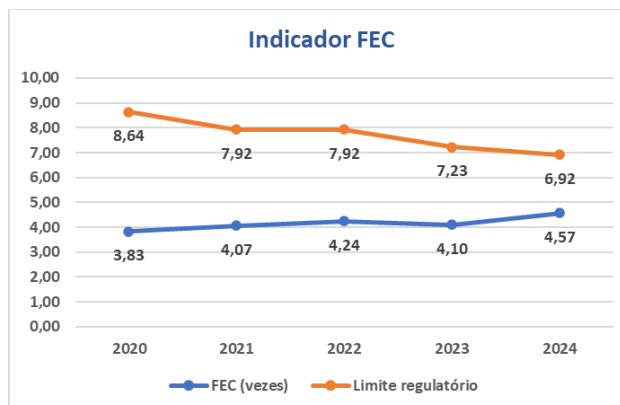
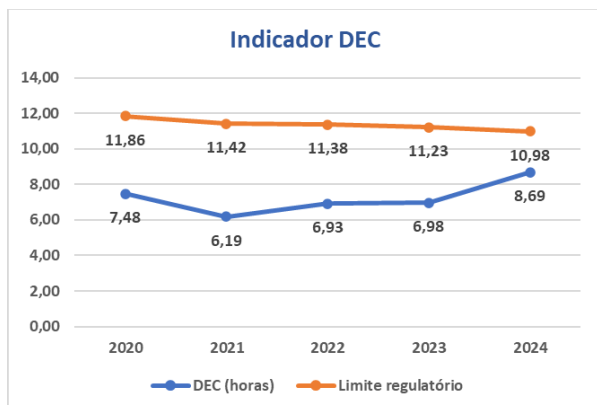
O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas da Santa Maria nos últimos 5 anos:



3.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:

Resultados de 2024



3.5 Balanço energético

O balanço energético reflete a energia contratada para atender à demanda do mercado da Companhia, considerando as perdas na distribuição e na rede básica, com o saldo ajustado no mercado de curto prazo. Em 2024, a compra de energia elétrica atingiu 622,857 GWh, em comparação com 624,248 GWh em 2023. Desse volume, os contratos bilaterais contribuíram com 28,3%, os CCEARs representaram 23,6%, os contratos de energia base compreenderam 37,2%, e o MCSD contribuiu com 10,9%. O balanço energético da Santa Maria, expresso em GWh, é detalhado da seguinte forma:

Suprimento (GWh)		Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	176,171	525,833	Fornecimento
CCEARs (b)	147,215		
Energia Base (c)	231,697		13,904 Perdas na rede básica
MCSD (d)	67,774		50,327 Perdas técnicas
Mercado de curto prazo	-26,626		6,167 Perdas não técnicas
Energia em trânsito	120,139	120,139	Energia em trânsito
Energia requerida		716,370	

- a) Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda;
- b) Refere-se aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões);
- c) Refere-se ao Proinfra, às cotas de Angra I e II, às cotas de garantia física e à energia elétrica de Itaipu; e
- d) Refere-se ao mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica.

3.6 Investimentos

3.6.1 Investimentos em serviço

Em 2024, a Santa Maria investiu recursos da ordem de R\$ 33,8 milhões (R\$ 23,2 milhões em 2023), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Resultados de 2024

Investimentos em serviço	2024	2023	Δ R\$ mil	Δ %
Linhas e redes de distribuição	30.827	20.443	10.384	51%
Subestações	248	250	(2)	-1%
Sistema de medição	4.936	4.072	864	21%
Veículos	2.820	3.074	(254)	-8%
Outros ativos	1.449	1.073	376	35%
Investimento bruto	40.280	28.912	11.368	39%
(-) Obrigações especiais	(6.449)	(5.684)	(765)	13%
Investimento líquido	33.831	23.228	10.603	46%

Os investimentos realizados em 2024 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica. Além disso, houve incremento nos investimentos em sistema de medição em relação a 2023.

• Linhas e Redes de Distribuição

A Companhia destinou um investimento de R\$ 30,8 milhões para aprimorar sua rede de distribuição, com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento e reforçar a confiabilidade do sistema elétrico. Este esforço abrangeu a implementação de diversas melhorias, como o trifaseamento, reforço e interligação de alimentadores, instalação de religadores automáticos, atendimento a novos consumidores e a introdução de equipamentos voltados para a melhoria da qualidade na distribuição de energia elétrica.

Como resultado dessas iniciativas, observou-se um aumento de 38 MVA na capacidade instalada, e uma expansão da rede em 109 quilômetros. Destaca-se também a atenção especial à escolha de transformadores verdes, que utilizam óleo vegetal em vez de óleo mineral, representando um investimento de R\$ 13,3 milhões. Essa decisão não apenas reforça o compromisso ambiental da Santa Maria, mas também proporciona maior eficiência e segurança operacional.

Adicionalmente, a Companhia optou pela implementação de postes e cruzetas de fibra de vidro, reconhecidos por sua leveza, durabilidade e resistência às adversidades climáticas. Essa mudança contribui para agilizar os atendimentos e reduzir a necessidade de manutenções frequentes. A instalação de redes protegidas ou isoladas em áreas urbanas também foi priorizada, buscando minimizar os riscos de acidentes e interrupções, elevando assim a confiabilidade e segurança da rede elétrica.

Essas iniciativas refletem o compromisso da Santa Maria com a excelência operacional e a promoção de um futuro sustentável, alinhando-se às expectativas de um mercado cada vez mais consciente do impacto ambiental de suas escolhas.

• Sistema de Medição

No total, foram investidos R\$ 4,9 milhões no sistema de medição, com destaque para a instalação de medidores eletrônicos e sistemas de telemedição, representando, respectivamente, R\$ 3 milhões e R\$ 1,4 milhão. A telemedição possibilita a coleta remota de dados, reduzindo custos operacionais e permitindo uma gestão mais eficiente da rede. Outro ponto relevante foi a incorporação de medidores inteligentes nas operações da Santa Maria, proporcionando uma medição precisa e automatizada, otimizando o monitoramento do consumo de energia. Esses investimentos visam modernizar o sistema de medição da Companhia.

Resultados de 2024

• Veículos

O investimento no processo de renovação da frota de veículos totalizou R\$ 2,8 milhões, distribuídos da seguinte forma: R\$ 2 milhões destinados à aquisição de 9 caminhonetes de atendimento, utilizadas para garantir uma resposta rápida e eficiente nas operações diárias e em emergências; e R\$ 739 mil empregados na compra de 1 caminhão, essencial para o transporte de equipamentos pesados e apoio em obras e manutenções de maior porte.

3.6.2 Investimentos em curso

A Companhia possui investimentos em curso, cujos montantes em 31 de dezembro são os seguintes:

Investimentos em curso	2024	2023	Δ R\$ mil	Δ %
Infraestrutura da concessão	121.544	74.192	47.352	64%
(-) Obrigações especiais	(6.328)	(4.418)	(1.910)	43%
Total	115.216	69.774	45.442	65%

O crescimento dos investimentos em curso em relação ao ano de 2023 está, predominantemente, associado à execução do projeto “Colatina 2”. Diante da necessidade imperativa de ampliar a capacidade de atendimento e em busca contínua pela elevação da confiabilidade e qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica, a Santa Maria está atualmente em processo de implementação desse projeto, que envolve a instalação de uma nova subestação e duas linhas de distribuição, representando um marco significativo para a Companhia ao proporcionar uma segunda conexão ao Sistema Interligado Nacional (Rede Básica) e assegurar a disponibilidade de energia à região atendida nos próximos 10 anos.

Denominada SE Colatina 2, a nova subestação será conectada por uma linha de distribuição à SE João Neiva 2, parte integrante da Rede Básica. A SE João Neiva 2, localizada em João Neiva/ES, tem se consolidado como um ponto robusto no sistema nacional, o que resultará em um substancial aumento na confiabilidade do fornecimento de energia elétrica para a Santa Maria, mediante a conexão da SE Colatina 2.

Para interligar a SE Colatina 2 às demais linhas e subestações da Companhia, será construída uma linha entre a nova subestação e uma linha já existente. A localização estratégica da subestação foi cuidadosamente escolhida para atender diversos critérios, incluindo facilidade de conexão com o sistema atual de alta tensão da Santa Maria, integração com as redes de média tensão existentes, atendimento às cargas locais em crescimento, expansão do sistema de alta tensão às regiões leste e norte da concessão, qualidade do terreno e proximidade com a subestação da Rede Básica.

Os elementos do Projeto Colatina 2 apresentam características específicas, destacando-se:

• SE Colatina 2

Subestação com transformações de nível de tensão em 138/69 kV e 69/25-15 kV, com quatro circuitos de alta tensão em 138 e 69 kV, expansível a até 9 circuitos de alta tensão; com 5 circuitos de distribuição de energia em 25 e 15 kV, expansível a até 10 circuitos de distribuição.

Resultados de 2024

• LD João Neiva 2 – Colatina 2

Linha de distribuição em circuito duplo na tensão 138 kV, com aproximadamente 28,2 km de extensão, com torres metálicas.

• LD Colatina 2 – Duas Vendinhas

Linha de distribuição em circuito duplo na tensão 69 kV, com aproximadamente 15,6 km de extensão, com torres metálicas.

Este projeto demanda um investimento total estimado de R\$ 82 milhões, distribuídos de acordo com a seguinte alocação financeira: R\$ 30,2 milhões para a construção da SE Colatina 2, R\$ 31,4 milhões para a LD João Neiva 2 – Colatina 2, e R\$ 20,4 milhões para a LD Colatina 2 – Duas Vendinhas.

As fontes de recursos para este empreendimento abrangem 20% de recursos próprios, evidenciando o compromisso da Santa Maria com o desenvolvimento e aprimoramento de sua infraestrutura elétrica. Além disso, 80% do investimento é financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio de captação direta, destacando a confiança e reconhecimento da Companhia na viabilidade e importância do projeto.

Essa diversificação nas fontes de financiamento destaca a abordagem equilibrada e estratégica adotada pela Santa Maria, assegurando a sustentabilidade financeira do projeto, ao mesmo tempo em que reforça o compromisso da Companhia com a eficiência operacional e a satisfação contínua dos clientes. A parceria com o BNDES não apenas fortalece a viabilidade financeira, mas também ressalta o papel fundamental da Santa Maria na expansão e modernização da infraestrutura elétrica, contribuindo para o desenvolvimento regional e a oferta confiável de energia.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

4.1 Principais indicadores

Indicadores financeiros	Unidade	2024	2023	Δ %
Ativo total	R\$ mil	437.986	370.298	18%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	45.434	45.662	0%
Patrimônio líquido	R\$ mil	200.251	191.547	5%
Endividamento bruto	R\$ mil	109.115	41.308	164%
Endividamento (caixa) líquido	R\$ mil	63.681	(4.354)	-1563%
Indicadores de resultados	Unidade	2024	2023	Δ %
Receita operacional bruta	R\$ mil	567.372	504.468	12%
Receita operacional líquida	R\$ mil	397.894	346.626	15%
EBITDA	R\$ mil	50.547	42.073	20%
EBITDA ajustado	R\$ mil	54.266	45.570	19%
Resultado financeiro	R\$ mil	(101)	5.322	-102%
Lucro líquido	R\$ mil	32.291	31.454	3%
Indicadores relativos	Unidade	2024	2023	Δ %
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	13,64	13,15	4%
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado	vezes	1,17	-0,10	-1328%

Obs.: EBITDA ajustado inclui EBITDA mais participações estatutárias.

Resultados de 2024

4.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia atingiu R\$ 567.372 em 2024, representando um aumento de R\$ 62.904 (12%) em relação a R\$ 504.468 em 2023. Já a receita operacional líquida registrou um acréscimo de R\$ 51.268 (15%) em 2024, totalizando R\$ 397.894, em comparação com R\$ 346.626 em 2023. A seguir, são detalhadas as receitas operacionais da Santa Maria:

Descrição	2024	2023	Δ R\$ mil	Δ %
Fornecimento de energia e disponibilidade da rede	410.240	421.396	(11.156)	-3%
Ativos e passivos financeiros setoriais	16.090	(35.166)	51.256	-146%
Energia de curto prazo – CCEE	9.901	4.234	5.667	134%
Valor justo do ativo financeiro indenizável	960	643	317	49%
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	84.566	79.761	4.805	6%
Receita de construção	40.282	28.912	11.370	39%
Outras receitas operacionais	5.333	4.688	645	14%
Receita operacional bruta	567.372	504.468	62.904	12%
(-) Tributos sobre a receita	(103.189)	(97.692)	(5.497)	6%
(-) Encargos setoriais	(65.209)	(59.558)	(5.651)	9%
(-) Outras deduções	(1.080)	(592)	(488)	82%
Receita operacional líquida	397.894	346.626	51.268	15%

Dentre os fatores determinantes para o crescimento da receita operacional líquida em 2024, destacam-se: (i) redução de -3% da receita proveniente do fornecimento de energia e disponibilidade da rede, em função, principalmente, dos reajustes tarifários negativos ocorridos em 2023 e 2024; (ii) crescimento da receita com ativos e passivos financeiros setoriais, especialmente em decorrência da amortização dos passivos financeiros constituídos ao longo dos ciclos tarifários de 2022-2023 e 2023-2024; (iii) incremento da receita com energia de curto prazo, em razão do aumento do volume de energia liquidada na CCEE, sobretudo no 4T24; (iv) crescimento de +6% da receita relacionada a subvenções vinculadas ao serviço concedido, em função do maior consumo por parte de clientes com tarifas subsidiadas, e do impacto do reconhecimento das subvenções relacionadas ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE); e (v) crescimento de +39% da receita proveniente de construção, resultado do aumento do volume de investimentos realizados ao longo de 2024. Sem margem incorporada, a receita de construção corresponde ao custo de construção para a distribuição de energia, seguindo a ICPC 01 - Contratos de Concessão, representando os investimentos concluídos e adicionados ao ativo intangível da concessão.

4.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) aumentaram R\$ 18.548 (+9%) em relação a 2023, atingindo R\$ 219.819 em comparação com os R\$ 201.271 registrados anteriormente. Já os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 133.799 em 2023, representando um aumento de +23% (R\$ 25.509) em relação a 2023, quando o montante registrado foi de R\$ 108.590. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria pode ser demonstrada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023	Δ R\$ mil	Δ %
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	219.819	201.271	18.548	9%
Energia elétrica comprada para revenda	162.359	146.321	16.038	11%
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	57.460	54.950	2.510	5%
Gastos gerenciáveis - Parcela B	133.799	108.590	25.209	23%
PMSO	80.917	68.263	12.654	19%
Pessoal	41.293	36.730	4.563	12%
Administradores	5.481	4.973	508	10%
Materiais	5.121	3.863	1.258	33%

Resultados de 2024

Descrição	2024	2023	Δ R\$ mil	Δ %
Serviços de terceiros	19.266	15.254	4.012	26%
Seguros	833	656	177	27%
Tributos	1.071	620	451	73%
Gastos diversos	7.852	6.167	1.685	27%
Outros gastos operacionais	52.882	40.327	12.555	31%
Provisões	1.365	1.601	(236)	-15%
Depreciação e amortização	11.235	9.814	1.421	14%
Custo de construção	40.282	28.912	11.370	39%
Total dos gastos operacionais	353.618	309.861	43.757	14%

O aumento nos gastos não gerenciáveis (Parcela A) em 2024 resultou, principalmente, do aumento do preço médio dos contratos em relação a 2023 (+5,88%), além do aumento do volume de energia a compensar referente aos créditos de micro e minigeração distribuída nos termos da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022 (+101% em relação a 2023).

Por outro lado, o aumento nos gastos gerenciáveis (Parcela B) foi impulsionado pelo crescimento das despesas com PMSO em 2024 (+19% ou R\$ 12.654), e pelo aumento do custo de construção (+39% ou R\$ 11.370).

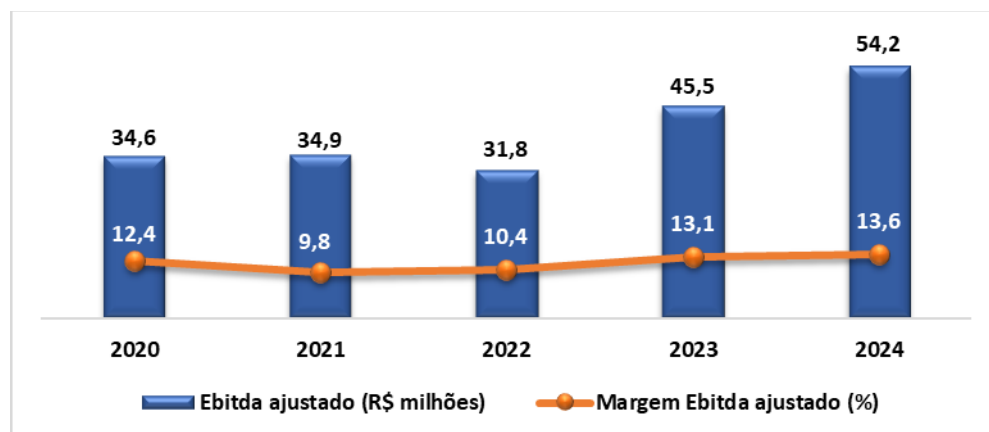
4.4 Lucro líquido e geração de caixa

Em 2024, a Santa Maria registrou lucro líquido de R\$ 32.291, representando um aumento de +3% em comparação com os R\$ 31.454 registrados em 2023. Da mesma forma, a geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 55.511, superando os R\$ 46.579 de 2023, refletindo um acréscimo de +19%. A evolução desses indicadores é detalhada abaixo:

Descrição	2024	2023	Δ R\$ mil	Δ %
Lucro líquido do exercício	32.291	31.454	837	3%
(+) Impostos	8.165	7.136	1.029	14%
(-) Resultado financeiro	101	(5.322)	5.423	-102%
(+) Depreciação e amortização	9.990	8.805	1.185	13%
(=) EBITDA	50.547	42.073	8.474	20%
(+) Participações estatutárias	3.719	3.497	222	6%
(=) EBITDA ajustado	54.266	45.570	8.696	19%

Obs.: EBITDA ajustado inclui EBITDA mais participações estatutárias.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do EBITDA ajustado da Companhia nos últimos 5 anos:



Resultados de 2024

4.5 Estrutura de capital

Em 2024, em razão das captações realizadas pela Santa Maria ao longo do ano, o endividamento líquido situou em R\$ 63.681, e a relação com o EBITDA ajustado em 115%. Abaixo estão detalhadas as dívidas de curto e longo prazos da Companhia em 31 de dezembro:

Descrição	2024	2023
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	6.260	1.576
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	102.855	39.732
Endividamento bruto	109.115	41.308
Caixa e equivalentes de caixa	(45.434)	(45.662)
Endividamento (caixa) líquido	63.681	(4.354)
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado (%)	115%	-9%

5. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

5.1 Dimensão ambiental

Para a Santa Maria, a gestão ambiental está fundamentada no respeito ao meio ambiente, visando a identificação, controle, prevenção e compensação dos impactos ambientais decorrentes da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. O compromisso da Companhia é buscar a melhoria contínua dos processos, em estrita conformidade com a legislação e normas aplicáveis.

A Companhia empenha-se na obtenção de outorga e licenciamento ambiental para seus empreendimentos, com o intuito de minimizar os impactos ambientais resultantes de suas operações. Esse comprometimento se reflete na implementação de medidas mitigadoras e compensatórias, conforme determinado pelos órgãos ambientais competentes.

Para preservar a biodiversidade e proteger o patrimônio natural nas áreas de atuação, a Santa Maria realiza diversas atividades, como reflorestamento, monitoramento, execução e manutenção de aceiros, além de promover iniciativas de educação ambiental.

A intervenção mais significativa na biodiversidade está associada à necessidade de manutenção de corredores de linhas de distribuição, ocasionando inibição da regeneração natural da vegetação nas faixas de segurança e servidão das redes de distribuição, bem como impacto visual. A poda é realizada exclusivamente por profissionais habilitados e capacitados, com respeito ao meio ambiente e sem comprometer a segurança da população, sendo necessária para a preservação da qualidade na prestação do serviço.

Quanto à gestão hídrica, as atividades da Santa Maria não causam efeitos significativos sobre fontes hídricas em termos de retirada de água. A Companhia não recicla água em seus processos, porém, adota práticas de reutilização, direcionando a água proveniente dos aparelhos de ar condicionado e das chuvas para utilização nos sanitários da sede, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos.

5.2 Dimensão social

A Santa Maria atua ativamente no apoio e desenvolvimento de projetos que promovem a educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo e o desenvolvimento econômico e social nas comunidades em que está presente. Algumas das principais ações realizadas no último ano incluem:

Resultados de 2024

- Apoio à campanha do Outubro Rosa em Colatina, destacando a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de mama.
- Apoio à campanha do Novembro Azul em Colatina, ressaltando a importância da prevenção, diagnóstico precoce e rastreamento do câncer de próstata.
- Doação de brinquedos para crianças carentes no município de Colatina-ES.
- Doação para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.
- Doação de uniformes e materiais esportivos para as escolas do município de Colatina-ES.
- Patrocínio de atletas e eventos esportivos no município de Colatina-ES.
- Doação para projeto cultural denominado Poemas Gerais com o objetivo de produzir, publicar e distribuir gratuitamente as obras.
- Doação para realização do Natal Solidário das crianças do bairro São Miguel em Colatina-ES.
- Continuidade do projeto Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, em parceria com o SENAI Colatina, objetivando qualificar profissionais interessados em trabalhar na área de distribuição de energia elétrica, com um curso gratuito de 380 horas.
- Montagem da tradicional árvore de Natal em Colatina-ES.
- Patrocinador oficial do Prêmio Biguá 2024 de Sustentabilidade. O prêmio tem como objetivo divulgar, valorizar e incentivar a preservação ambiental, premiando empresas, instituições, escolas e pessoas da sociedade que se destacam por praticar ações de proteção, recuperação, preservação e cuidado com o meio ambiente.

Essas iniciativas refletem o compromisso contínuo da Santa Maria com a responsabilidade social, fortalecendo seu papel como agente de transformação positiva nas comunidades em que atua.

5.2.1 Valorização da diversidade e inclusão corporativa

A Santa Maria declara seu repúdio a comportamentos discriminatórios que comprometam a promoção da igualdade de oportunidades no ambiente interno e nas relações com seus consumidores, fornecedores e comunidade local.

Além disso, a Companhia busca ativamente promover a diversidade em seus processos de recrutamento e promoção. Para isso, mantém um programa específico de contratação de pessoas com deficiência, não apenas para atender às exigências legais, mas, principalmente, para fomentar a inclusão desse público no mercado de trabalho.

5.2.2 Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

- **Projeto “Desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de baixo custo, visando à otimização da operação de PCH’s e CGH’s”**

No ano de 2024 foi tecnicamente concluído o projeto intitulado “*Desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de baixo custo, visando à otimização da operação de PCH’s e CGH’s*”, que findou o ano em fase de testes da solução implementada, e foi formalmente concluído em janeiro de 2025.

O produto do projeto é um sistema completo, incluindo hardware, firmware e software, para o monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de Central Geradora Hidroelétrica, denominado SisM-GH, tendo como base as tecnologias atuais de IoT e Cloud Computing, tais como: sensores de grandezas elétricas, leitores de grandezas elétricas, sensores de medição de níveis de água, leitores de níveis de água, equipamento de comunicação com os leitores e transmissão de dados pela internet.

O valor total previsto para investimento no projeto foi de R\$ 637, e seu prazo de execução, inicialmente de 24 (vinte e quatro) meses, foi prorrogado, representando um prazo de execução total de 48 (quarenta e oito) meses, cuja prorrogação se deu em função, por exemplo, da pandemia do

Resultados de 2024

coronavírus, que impediu o desempenho das atividades por meses, e da necessidade de maior período de testes para análise dos resultados da solução proposta.

Os resultados do projeto ainda estão sob análise.

O valor realizado foi consideravelmente inferior ao previsto, totalizando R\$ 478, representando uma variação negativa em relação ao previsto de cerca de 25%.

- **Projeto “Desenvolvimento e implantação de novo modelo de tarifação dinâmica para recarga de veículos elétricos em rede de eletropostos na área de concessão da ELFSM”**

No referido ano também foi dado seguimento do projeto intitulado “*Desenvolvimento e implantação de novo modelo de tarifação dinâmica para recarga de veículos elétricos em rede de eletropostos na área de concessão da ELFSM*”.

Trata-se de um projeto na área de mobilidade elétrica, em que se busca uma possível solução para a adequada tarifação do serviço de recarga de veículos elétricos, cuja demanda é crescente. Ainda há incertezas do ponto de vista regulatório e tributário quanto às formas de cobrança, mas os órgãos competentes têm trabalhado para dar respostas a essas questões, e já existem casos de carregadores sendo tarifados, em que são realizadas cobranças em função de kWh consumido na recarga, ou de tempo (minutos) de uso dos carregadores, e/ou com uma taxa fixa por recarga. Os valores cobrados também estão em fase inicial de teste, sendo que em alguns casos o valor é apenas simbólico e em outros já com uma proposta de valor comercial. Independente do parâmetro utilizado e do valor, os modelos hoje praticados são todos com base em tarifas flat, com um mesmo valor para qualquer horário do dia ou frequência de uso dos carregadores.

O projeto propõe um modelo de tarifação para cobrança pelas recargas que seja construído a partir de uma função multivariável, levando em consideração parâmetros tais como horário de utilização dos carregadores, procura pelo uso dos carregadores, parâmetros técnicos da rede distribuição e da instalação elétrica local, potência do conector utilizada e da recarga, entre outros. O projeto busca uma solução que tenha aplicação prática, definindo e calibrando os parâmetros de forma adequada ao cenário da Santa Maria.

O valor total previsto desse projeto, que conta com um prazo de execução previsto de 30 (trinta) meses, é de R\$ 1.964, havendo previsão de aquisição de equipamentos de recarga para instalação em pontos estratégicos na área de concessão da Santa Maria e de veículos elétricos.

5.2.3 Eficiência energética

- **Projeto “Santa Maria Ilumina III (SMI III)”**

Em 2024 foi concluído o projeto de eficiência energética intitulado “*Santa Maria Ilumina III (SMI III)*”, iniciado ao final de 2023. Por meio do referido projeto houve a substituição de 1.440 lâmpadas e reatores convencionais pela mesma quantidade de luminárias de tecnologia LED, tendo sido atendido parcialmente o município de São Gabriel da Palha/ES, cujo quantitativo substituído representa cerca de metade do parque de iluminação pública que utilizava tecnologia diversa de LED.

O projeto resultou em uma economia de energia de 536 MWh/ano, e numa redução de demanda no período de ponta do sistema elétrico de mais de 128 kW.

O valor total do projeto foi de R\$ 1.109, cerca de 27% a menos em relação ao valor previsto.

Resultados de 2024

- **Projeto “Santa Maria Ilumina IV (SMI IV)”**

Foi cadastrado na base de dados da ANEEL e iniciado o projeto “*Santa Maria Ilumina IV (SMI IV)*”.

Por meio do projeto SMI IV se prevê a substituição de 1.560 (mil e quinhentas e sessenta) lâmpadas e reatores convencionais por luminárias de tecnologia LED no município de Colatina/ES. O prazo previsto para execução do projeto é de 12 meses, e o valor estimado é de R\$ 1.622.

- **Projeto “Iluminando Talentos com Eficiência II (ITE II)”**

Foi cadastrado na base de dados da ANEEL e iniciado o projeto “*Iluminando Talentos com Eficiência II (ITE II)*”.

O projeto ITE II prevê a substituição de 32 (trinta e dois) refletores convencionais instalados no estádio municipal de Águia Branca/ES, pela mesma quantidade de refletores de tecnologia LED, com melhoria da qualidade da iluminação. O valor total previsto do projeto é de R\$ 125.

Para muito além do aspecto de eficiência energética, com o apoio do Município de Águia Branca, pretende-se fomentar a prática do esporte. Uma das iniciativas pensadas no projeto é a abertura de ao menos uma turma em escolinha de futebol para assistência a crianças e adolescentes domiciliados no município, especialmente em áreas carentes, como forma de possibilitar, através do esporte, um futuro melhor.

5.2.4 Gestão de pessoas

A gestão de pessoas é um pilar essencial para a Santa Maria, buscando alinhar os objetivos dos colaboradores às diretrizes estratégicas da Companhia. Para isso, são adotadas práticas eficazes de recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento e gestão de desempenho, promovendo a produtividade, otimizando custos e fortalecendo a imagem institucional.

5.2.4.1 Avaliação de Desempenho

Com foco na melhoria contínua e no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, a Santa Maria realizou, em 2024, sua primeira avaliação de desempenho para colaboradores e a segunda avaliação 360° para gerentes. A avaliação 360° proporcionou uma análise abrangente do desempenho dos gestores sob diferentes perspectivas, promovendo o aprimoramento da liderança e da gestão de equipes. Os pilares da avaliação 360° dos gerentes foram: Relacionamento Interpessoal; Gestão de Pessoas; Senso de Relevância; Senso de Conformidade; Visão Sistêmica e Estratégica; Inovação e Transformação; e Desempenho nas Atribuições. Já os pilares da avaliação de desempenho dos colaboradores foram: Relacionamento Interpessoal; Capacidade na Função; Comprometimento e Disciplina; e Iniciativa e Cooperação.

5.2.4.2 Certificação Great Place to Work (GPTW)

No final de 2024, a Santa Maria conquistou a certificação Great Place to Work (GPTW), um reconhecimento internacional que avalia a qualidade do ambiente organizacional e a satisfação dos colaboradores. A Companhia obteve uma pontuação de 85, evidenciando a excelência do ambiente de trabalho e a solidez de sua cultura organizacional. A certificação GPTW é baseada em dois eixos principais: Cultura Organizacional - Avalia valores, práticas e clima organizacional; e Satisfação dos Colaboradores - Mede a percepção dos profissionais sobre a liderança, comunicação interna e ambiente de trabalho. Os critérios de avaliação foram: Liderança; Comunicação; Desenvolvimento de Carreira; Diversidade e Inclusão; e Satisfação dos Colaboradores.

Resultados de 2024

5.2.4.3 Quadro Funcional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com 364 colaboradores, sendo 347 contratados sob regime CLT e 17 aprendizes. Além desse contingente, a Companhia mantinha 120 colaboradores terceirizados. No último exercício, foram registradas 45 admissões e 38 desligamentos.

Empregados próprios em 31.12.2024, por gênero e categoria funcional

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	41	13%	8	15%	49	13%
Engenheiros, especialistas e analistas	74	24%	39	71%	113	31%
Eletricistas, técnicos e operadores	194	63%	8	15%	202	55%
Total	309	100%	55	100%	364	100%

Nível de escolaridade dos empregados próprios em 31.12.2024

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	100	27%
Ensino médio	192	53%
Ensino fundamental	72	20%
Total	364	100%

5.2.4.4 Treinamento e Desenvolvimento

Os gerentes e supervisores realizam anualmente um Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), que resulta na elaboração do Plano de Treinamento, acompanhado e revisado ao longo do ano.

• Treinamentos Realizados em 2024

Obrigatórios: NR-10, NR-11, NR-12, NR-20, NR-35, NR-5, Reciclagem de Brigadistas.

Internos e Externos: Integração de Novos Colaboradores, Eletricista de Rede, Excel Básico e Avançado, Curso Técnico em Eletrotécnica.

A Santa Maria formou mais uma turma de eletricistas de distribuição em parceria com o SENAI Colatina, reafirmando seu compromisso com a qualificação profissional da comunidade.

5.2.4.5 Saúde e Segurança no Trabalho

A Companhia patrocinou, em 2024, uma campanha de vacinação contra a gripe, imunizando mais de 200 colaboradores. Também assegura a livre associação sindical e negocia acordos coletivos que abrangem reajuste salarial e atualizações nos benefícios.

Durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT), realizada entre 14 e 18 de outubro de 2024, foram promovidas palestras e dinâmicas sobre segurança no trabalho, assédio moral e qualidade de vida, além de homenagens ao Dia do Eletricista.

5.2.5 Fornecedores

A Santa Maria adota uma política de seleção e avaliação de fornecedores que abrange não apenas fatores como qualidade, preço e prazo, mas também critérios e exigências relacionados ao

Resultados de 2024

cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal. Além disso, todos os contratos estabelecidos incluem uma cláusula específica que proíbe o trabalho infantil.

Os principais produtos e serviços que compõem a cadeia imediata de suprimentos da Companhia são: transformadores, postes, cabos, construção de rede e limpeza de faixas de servidão.

5.2.6 Clientes

A Santa Maria entende que a experiência do cliente abrange todos os contatos realizados com a Companhia, seja no atendimento técnico em campo, na disponibilização da rede de energia elétrica, na explicação detalhada da conta de energia ou na cordialidade no atendimento telefônico.

Para nos aproximarmos cada vez mais da excelência no atendimento ao cliente, reconhecemos a importância da busca constante pela inovação, do treinamento contínuo e do comprometimento de todos os envolvidos.

Pensando nisso, a Santa Maria conta com diversos canais de relacionamento para proporcionar uma interação simples e facilitada. Esses canais incluem a central de atendimento telefônico (Call Center), o site, o aplicativo para celular, o aplicativo WhatsApp® e as agências de atendimento presencial.

Ao longo do ano de 2024, a Santa Maria registrou um total de 366.094 atendimentos (contra 326.837 em 2023), distribuídos da seguinte forma: 107.431 através da central de atendimento, 14.165 via site e aplicativo para celular, 121.209 pelo WhatsApp e 123.289 nas 12 agências de atendimento presencial.

Alinhado com o propósito da Santa Maria, em 2024, teve início o projeto de implantação da Célula de Análise e Eficiência de Operação - Call Back. O Call Back possibilita o contato ativo com o cliente após o atendimento inicial, garantindo a satisfação e a resolução de problemas não identificados no atendimento inicial. Ainda, tem a oportunidade de receber feedback do cliente e ajustar os processos da empresa conforme a necessidade, garantindo maior qualidade nos serviços prestados, uma vez que os clientes esperam que a Companhia esteja sempre disponível para ajudá-los a resolver suas demandas de maneira eficiente e eficaz.

Na Santa Maria, essa estrutura de atendimento é considerada essencial para garantir a satisfação do cliente, oferecendo um atendimento mais eficiente e construindo um relacionamento duradouro.

Para avaliar e aprimorar continuamente esse relacionamento, a Companhia participa, anualmente, das avaliações promovidas pela Aneel, concentrando-se nos clientes residenciais, e pela Abradee, que abrange clientes residenciais, comerciais e industriais.

Além desses meios, a empresa conta com uma estrutura de ouvidoria, responsável por acolher reclamações, sugestões, denúncias e elogios dos clientes. A ouvidoria garante respostas a todas as manifestações, além de intermediar com a ouvidoria da ANEEL, agindo de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês. Ela atua como representante dos direitos do cliente perante a Santa Maria. Os clientes podem acessar o serviço de ouvidoria por telefone, atendimento presencial, site, aplicativo para celular, e-mail, correspondência (carta/ofício) e formulário disponível nos postos de atendimento presencial, sempre que as manifestações relacionadas à prestação de serviço e aos direitos do consumidor não forem resolvidas pelos canais de atendimento de primeira instância ou a solução obtida não tenha sido satisfatória.

Em 2024, a ouvidoria da Santa Maria recebeu 274 contatos de clientes (348 em 2023), abrangendo 1 denúncia, 3 elogios, 111 reclamações e 159 pedidos de informação. Este compromisso com o

Resultados de 2024

atendimento e a resolução de questões evidencia a dedicação da Santa Maria em assegurar a satisfação e a transparência nas interações com seus clientes.

A Ouvidoria da Santa Maria conquistou o 3º lugar no Prêmio ANEEL de Ouvidoria 2023 na categoria médio porte. O prêmio foi criado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para destacar as melhores ouvidorias das distribuidoras de energia elétrica do País. Esta é a quarta premiação recebida pela Santa Maria, desde a criação do prêmio em 2017. Com a premiação, a agência reguladora reconheceu o tratamento adequado dispensado às manifestações de seus consumidores, contribuindo para uma mobilização nacional em favor do fortalecimento da atividade e incentivando melhorias no tratamento das demandas recebidas.

5.3 Governança corporativa

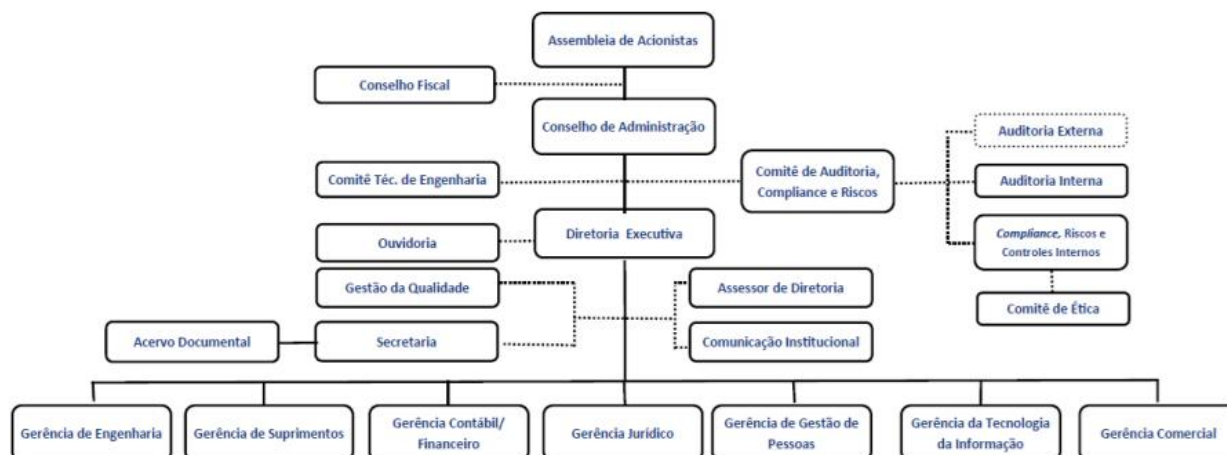
5.3.1 Referencial estratégico

A Companhia segue as orientações delineadas em seu plano de negócios, o qual serve como referência para a administração, fornecendo direcionamento estratégico e estabelecendo metas a serem atingidas.

Propósito: Ser a energia que impulsiona vidas e negócios.		
MISSÃO	VISÃO	VALORES
Levar energia elétrica com qualidade a todos os cantos e para toda sociedade.	Ser reconhecida como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil.	Ética Transparência Segurança Competência Comprometimento Sustentabilidade
Ética	Agir respeitando as regras e preceitos morais dos indivíduos e da sociedade.	
Transparência	Clareza no relacionamento com seus clientes, colaboradores, fornecedores, investidores e demais integrantes da sociedade.	
Segurança	Zelar pela vida como bem maior.	
Competência	Dispor de profissionais qualificados trabalhando em equipe, buscando a excelência na prestação dos serviços.	
Comprometimento	Compromisso em contribuir com o desenvolvimento de todos os setores da sociedade.	
Sustentabilidade	Buscar a longevidade do negócio incluindo diretrizes de responsabilidade social e ambiental.	

5.3.2 Estrutura de governança

A Santa Maria fundamenta sua governança nos princípios da ética e transparência, esforçando-se por adotar as melhores práticas de mercado para criar valor e diferenciais em sua gestão. A estrutura de administração da Companhia é a seguinte:



5.3.3 Assembleia geral

O nível mais alto da estrutura de administração da Companhia é a assembleia geral. A Santa Maria empenha esforços adicionais para salvaguardar os interesses de todos os seus acionistas, garantindo estatutariamente um dividendo mínimo, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Adicionalmente, a Companhia opta por creditar juros sobre o capital próprio, em conformidade com o artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

5.3.4 Conselho de administração

O conselho de administração da Companhia é composto por 5 membros eleitos pela assembleia geral, incluindo um membro independente, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Este conselho é encarregado de estabelecer as diretrizes gerais para os negócios da Santa Maria. Sua missão central é proteger e valorizar o patrimônio da Companhia, adotando uma abordagem estratégica para otimizar o retorno do investimento.

Conselho de administração

Presidente	Cícero Machado de Moraes
Vice-Presidente	Miguel Coutinho Coelho da Silva
Membro	Ricardo Pinto Pinheiro
Membro	Angelo Arpini Coutinho Filho
Membro Independente	Fernando Antonio Moreira Calaes

Resultados de 2024

5.3.5 Conselho fiscal

Representa os acionistas por meio de sua função fiscalizadora, garantindo a prosperidade e continuidade da Companhia, e o cumprimento dos deveres legais e estatutários, dentro dos princípios da ética, equidade e transparência. Regularmente instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2024, é composto por três membros efetivos e igual número de membros suplentes, com mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2025.

Conselho fiscal	
Presidente	Daniel Berselli Marinho
Membro	Clóvis A. Pereira Pinto
Membro	Ricardo Julio Rodil
Membro Suplente	Gustavo Bateman Pela
Membro Suplente	Edilson Carlos Fernandes
Membro Suplente	Maria Elvira Lopes Gimenez

5.3.6 Diretoria executiva

A diretoria executiva da Santa Maria é composta por 3 diretores, sendo um presidente, um vice-presidente e um diretor sem denominação, todos eles eleitos pelo conselho de administração para um mandato de 3 anos, com a possibilidade de reeleição. Este órgão é encarregado da execução das diretrizes e políticas estabelecidas pelo conselho de administração.

Diretoria executiva	
Diretor-Presidente	Arthur Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente	Angelo Arpini Coutinho
Diretor	Angelo André Bosi

5.3.7 Comitês

Para o apoio e fiscalização da gestão, a Companhia dispõe de órgãos de assessoramento que mantêm diferentes linhas de reporte, prestando suporte aos tomadores de decisão em relação a temas específicos. Estes órgãos são:

- **Comitê de auditoria, compliance e riscos**

Órgão composto por três membros, sendo, obrigatoriamente, um conselheiro independente da Companhia. Sua função é assessorar o conselho de administração de forma autônoma, avaliando os atos da administração e incentivando a adoção das melhores práticas de mercado em questões relacionadas a contabilidade, gerenciamento de riscos, compliance, conduta ética, controles internos e auditoria.

- **Comitê de ética**

Formado por sete membros eleitos pela diretoria executiva, é responsável por assegurar o cumprimento das diretrizes corporativas e a execução das metas relacionadas à conduta ética. Institui ações de sensibilização, conscientização e promoção de boas práticas profissionais, em conformidade com os compromissos da Companhia, e são designados para conduzir as investigações e promover os direcionamentos a partir de denúncias recebidas por meio do Canal de Denúncias.

- **Comitê técnico de engenharia**

Órgão composto por três membros, sendo, obrigatoriamente, um conselheiro de administração da Companhia. Sua função é garantir a operação segura, eficiente e confiável da rede elétrica, assegurando que a infraestrutura de distribuição atenda aos mais altos padrões técnicos, regulatórios e de segurança.

5.3.8 Ética e integridade

A Santa Maria repudia a prática de corrupção e propina. As normas estabelecidas no código de conduta ética e integridade da Companhia são amplamente divulgadas tanto interna quanto externamente. No tocante às interações com autoridades, agentes e fiscais do poder público em todos os níveis, a Santa Maria compromete-se a não apoiar nem participar de processos que visem a manipulação de editais de concorrência.

A Companhia disponibiliza um canal exclusivo para o registro de denúncias ou esclarecimentos, garantindo sigilo e confidencialidade. Todas as denúncias registradas nesse canal são submetidas ao comitê de ética, responsável pela apuração dos fatos. Caso se confirme a violação ao código de conduta ética e integridade, são aplicadas as penalidades previstas na matriz de responsabilidades.

Por meio de suas políticas, da gestão de seus colaboradores e do código de conduta ética e integridade, a Santa Maria se compromete a conduzir suas operações em conformidade com a declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho, assim como com os Princípios do Pacto Global em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A Santa Maria mantém diretrizes adicionais para promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais em todas as suas relações de negócios.

5.3.9 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos integra a estrutura do departamento de riscos e controles internos da Santa Maria. Este departamento monitora e auxilia os responsáveis em cada área a lidar com os riscos por meio do preenchimento da matriz de riscos e oportunidades, que abrange todas as etapas desse gerenciamento. A diretoria executiva, com o suporte do departamento de riscos e controles internos, é responsável pelas ações destinadas a diagnosticar, prevenir, apurar e monitorar os riscos na Santa Maria.

Os riscos abordados na gestão da Santa Maria são classificados, no mínimo, como econômico-financeiros (de mercado, de liquidez, financeiros e de crédito) e não econômico-financeiros (operacionais, regulatórios, estratégicos, de reputação, socioambientais e de concentração).

5.3.10 Programa de integridade

Direcionada para uma evolução contínua, a Santa Maria deu um passo significativo com a implementação do programa de integridade, alinhando-se às melhores práticas de governança.

Além do código de conduta ética e integridade, foram adotadas, entre outras medidas, a política de prevenção e detecção de atos de natureza ilícita, a política para contratação de terceiros e a política de transação entre partes relacionadas. Estas políticas, em conjunto com os procedimentos já existentes, fortaleceram os controles internos e a transparência dos processos executados na Companhia.

Resultados de 2024

5.4 Balanço social

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A							
Balanço social - Formulário IBase							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023							
(Em milhares de reais)							
1 - Base de cálculo		2024			2023		
Receita líquida (RL)		397.894			346.626		
Resultado operacional (RO)		44.276			36.765		
Folha de pagamento bruta (FPB)		46.774			41.703		
2 - Indicadores sociais internos		Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		3.025	6,47%	0,76%	2.478	5,94%	0,71%
Encargos sociais compulsórios		10.138	21,67%	2,55%	9.218	22,10%	2,66%
Previdência privada		1.323	2,83%	0,33%	1.185	2,84%	0,34%
Saúde		880	1,88%	0,22%	784	1,88%	0,23%
Segurança e medicina do trabalho		582	1,24%	0,15%	591	1,42%	0,17%
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional		294	0,63%	0,07%	173	0,41%	0,05%
Creches ou auxílio-creche		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)		186	0,40%	0,05%	186	0,45%	0,05%
Total dos indicadores sociais internos		16.428	35,12%	4,13%	14.615	35,04%	4,21%
3 - Indicadores sociais externos		Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação		28	0,06%	0,01%	35	0,10%	0,01%
Cultura		21	0,05%	0,01%	15	0,04%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente		15	0,03%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento		4	0,01%	0,00%	8	0,02%	0,00%
Esporte		24	0,05%	0,01%	20	0,05%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)		78	0,18%	0,02%	197	0,54%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade		170	0,38%	0,05%	275	0,75%	0,08%
Tributos (excluídos encargos sociais)		112.975	255,16%	28,39%	105.995	288,30%	30,58%
Total dos indicadores sociais externos		113.145	255,54%	28,44%	106.270	289,05%	30,66%
4 - Indicadores ambientais		Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa		220	0,50%	0,06%	129	0,35%	0,04%
Investimentos em programas e/ ou projetos externos		5	0,01%	0,00%	31	0,08%	0,01%
Total dos investimentos em meio ambiente		225	0,51%	0,06%	160	0,43%	0,05%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:							
() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%							
() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%							
5 - Indicadores do corpo funcional		2024			2023		
Nº de empregados (as) ao final do período		364			357		
Nº de admissões durante o período		45			50		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)		120			202		
Nº de estagiários (as)		0			3		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos		138			129		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		55			53		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		16,33%			15,69%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa		174			176		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)		30,61%			29,41%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais		11			11		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2024			2023		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		32,72			32,72		
Número total de acidentes de trabalho		8			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:		(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:		(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:		(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):		Na empresa: 973		Na justiça: 4	Na empresa: 1.116		No procon: 5
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		Na empresa: 100,00%		Na justiça: 0,00%	Na empresa: 100,00%		No procon: 100,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):		Em 2024: 272.410			Em 2023: 248.535		
Distribuição do valor adicionado (DVA):		Governo: 68,32%			Governo: 69,50%		
		Colaboradores (as): 14,27%			Colaboradores (as): 13,89%		
		Acionistas: 6,56%			Acionistas: 6,45%		
		Terceiros: 4,20%			Terceiros: 2,55%		
		Retido: 6,65%			Retido: 7,61%		
7 - Outras Informações							
N/A - Não Aplicável.							

6. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia não contratou da Mazars Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços correlatos de auditoria por exigência da ANEEL e do BNDES. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços patrimoniais – Ativo

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.434	45.662
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	45.813	55.226
Tributos correntes	7.1	4.644	2.822
Almoxarifado operacional	8	2.490	2.152
Despesas pagas antecipadamente	29.1	553	424
Repasse CDE	10	28.727	27.366
Outros ativos circulantes	11	1.167	1.830
Total do circulante		128.828	135.482
Não circulante			
Tributos correntes	7.1	7.545	3.832
Depósitos judiciais e cauções	18.4	492	494
Outros ativos não circulantes	11	1.006	556
Ativo financeiro indenizável	12.1	25.194	17.330
Ativo contratual	12.2	115.216	69.774
Intangível	13	153.006	138.797
Direito de uso de ativos	14.1	6.699	4.033
Total do não circulante		309.158	234.816
Total do ativo		437.986	370.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	39.084	36.320
Passivo de arrendamentos	14.2	1.557	1.167
Empréstimos e financiamentos	16	6.260	1.576
Obrigações sociais e trabalhistas	17	8.478	7.890
Tributos correntes	7.1	11.991	15.344
Dividendos	21.4	12.320	10.717
Encargos setoriais	19	5.251	6.176
Passivos financeiros setoriais	9	27.601	41.313
Outros passivos circulantes	20	5.127	2.881
Total do circulante		117.669	123.384
Não circulante			
Passivo de arrendamentos	14.2	6.484	4.086
Empréstimos e financiamentos	16	102.855	39.732
Obrigações sociais e trabalhistas	17	2.088	1.868
Tributos correntes	7.1	5.955	6.515
Tributos diferidos	7.2	1.917	1.888
Provisões	18	161	531
Outros passivos não circulantes	20	606	747
Total do não circulante		120.066	55.367
Patrimônio líquido	21		
Capital social	21.1	154.000	150.000
Reserva de incentivos fiscais	21.3	3.253	3.840
Reservas de lucro	21.3	42.998	37.707
Total do patrimônio líquido		200.251	191.547
Total do passivo e patrimônio líquido		437.986	370.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita operacional líquida	22	397.894	346.626
Custos dos serviços	23	(328.692)	(284.407)
Custo com energia elétrica		(219.819)	(201.271)
Custo de operação		(68.591)	(54.224)
Custo de construção		(40.282)	(28.912)
Lucro bruto		69.202	62.219
Despesas operacionais	23	(24.926)	(25.454)
Lucro operacional		44.276	36.765
Resultado financeiro	24	(101)	5.322
Receitas financeiras		11.342	11.649
Despesas financeiras		(11.443)	(6.327)
Lucro antes dos impostos		44.175	42.087
Impostos	25	(8.165)	(7.136)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(8.137)	(7.260)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(28)	124
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias		36.010	34.951
Participações estatutárias	28	(3.719)	(3.497)
Lucro líquido do exercício		32.291	31.454
Lucro por ação	21.2	6,27	6,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultados de 2024

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício a deliberar		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	135.000	2.201	8.213	32.498	-	-	177.912
Aumento do capital social	15.000	(1.652)	(8.213)	(5.135)	-	-	-
Provisões e reversões de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	(99)	-	-	(99)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.454	31.454
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.291	-	-	-	(3.291)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.408	-	-	(1.408)	-
Dividendos	-	-	-	(5.176)	-	(12.544)	(17.720)
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	-	14.211	(14.211)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	150.000	3.840	1.408	22.088	14.211	-	191.547
Aumento do capital social	4.000	(3.553)	(447)	-	-	-	-
Provisões e reversões de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	(289)	-	-	(289)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.291	32.291
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.966	-	-	-	(2.966)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.467	-	-	(1.467)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.077	(5.077)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(9.134)	(14.164)	(23.298)
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	-	13.694	(13.694)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	154.000	3.253	2.428	26.876	13.694	-	200.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		44.175	42.087
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Amortização	13	10.936	9.641
Depreciação do direito de uso	14.1	1.245	1.009
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	24	2.785	1.621
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	24	(477)	(505)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	24	(601)	540
Valor justo do ativo financeiro indenizável	22	(960)	(643)
Provisões	23	1.365	1.601
Provisão / reversão de provisão - Gratificação administradores		(289)	(99)
		58.179	55.252
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	8.071	(15.866)
Tributos compensáveis	7	(5.535)	(3.370)
Almoxarifado operacional	8	(338)	(412)
Despesas pagas antecipadamente	29.1	(129)	(85)
Depósitos judiciais e cauções	18.4	2	(460)
Reembolsos do fundo da CDE	10	(760)	(24.938)
Outros ativos	11	88	35
		1.399	(45.096)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores	15	2.764	10.967
Arrendamentos	14	3.911	-
Obrigações sociais e trabalhistas	17	808	(91)
Tributos	7	(3.884)	9.483
Encargos setoriais	19	(448)	1.052
Passivos financeiros setoriais, líquidos	9	(16.497)	40.632
Consumidores	20	(2)	(5.546)
Liquidações de litígios	18.1	(311)	(72)
Geração Distribuída - Lei 14.300/2022	23.1	5.539	3.928
Outros passivos	20	(3.389)	(3.891)
		(11.509)	56.462
Caixa proveniente das atividades operacionais		48.069	66.618
Imposto de renda e contribuição social	25	(8.165)	(7.136)
Caixa líquido das atividades operacionais		39.904	59.482
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao ativo contratual	12.2	(79.275)	(77.916)
Adições ao direito de uso	14.1	(3.911)	-
Baixas do intangível	13	1.784	1.269
Caixa líquido das atividades de investimento		(81.402)	(76.647)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos	21.4	(21.695)	(22.198)
Participações estatutárias	28	(3.719)	(3.497)
Amortização de principal e encargos sobre arrendamentos	14.2	(1.522)	(1.530)
Encargos sobre arrendamentos	24	399	451
Captação de empréstimos e financiamentos	16.2	67.028	41.498
Amortização de principal sobre empréstimos e financiamentos	16.2	(1.738)	(640)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	16.2	4.109	449
Custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	16.2	(1.592)	(1.007)
Caixa líquido das atividades de financiamento		41.270	13.526
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(228)	(3.639)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.662	49.301
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(228)	(3.639)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		45.434	45.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resultados de 2024

Demonstrações do valor adicionado

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Geração do valor adicionado			
Receitas	22		
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		410.240	421.396
Outras receitas		116.850	54.160
Receitas relativas à construção de ativos próprios		40.282	28.912
		<u>567.372</u>	<u>504.468</u>
Penalidades DIC/FIC e outras	22	(1.080)	(592)
		<u>566.292</u>	<u>503.876</u>
Provisões	23	(1.365)	(1.601)
		<u>564.927</u>	<u>502.275</u>
Insumos adquiridos de terceiros	23		
Custo da energia elétrica vendida		(219.819)	(201.271)
Materiais		(5.121)	(3.863)
Serviços de terceiros		(19.266)	(15.254)
Seguros		(833)	(656)
Custo de construção		(40.282)	(28.912)
Outros gastos operacionais		(7.853)	(6.167)
		<u>(293.174)</u>	<u>(256.123)</u>
Valor adicionado bruto		<u>271.753</u>	<u>246.152</u>
Amortização	23	(11.235)	(9.814)
Valor adicionado líquido		<u>260.518</u>	<u>236.338</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	11.892	12.197
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>272.410</u></u>	<u><u>248.535</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	23.2		
Remuneração direta		29.774	26.969
Benefícios		6.862	5.516
FGTS		2.223	2.033
		<u>38.859</u>	<u>34.518</u>
Impostos, taxas e contribuições	22; 23; 23.2, 24 e 25		
Federais		59.725	53.588
Estaduais		61.033	59.461
Municipais		131	132
		<u>120.889</u>	<u>113.181</u>
Outras obrigações			
Obrigações intrassetoriais	22	65.209	59.558
		<u>65.209</u>	<u>59.558</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	24	11.443	6.327
		<u>11.443</u>	<u>6.327</u>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	21.4	14.164	12.544
Participações estatutárias	28	3.719	3.497
Lucros retidos		18.127	18.910
		<u>36.010</u>	<u>34.951</u>
		<u><u>272.410</u></u>	<u><u>248.535</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras do
exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia opera, exclusivamente, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme estabelecido no Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045. Sua área de concessão abrange 4.994 km², incluindo 11 municípios no Estado do Espírito Santo. A população atendida pela Companhia é de, aproximadamente, 290 mil pessoas em mais de 126 mil unidades consumidoras distribuídas nas classes rural, residencial, comercial, industrial, iluminação pública, poder público e serviço público. Todas as operações da Companhia estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

2. Contrato de concessão

Em 9 de dezembro de 2015, foi formalizada a assinatura do sexto termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União ("Poder Concedente"), prorrogando a vigência do contrato até 7 de julho de 2045. Os critérios delineados no novo aditivo demandam que a Companhia evidencie eficiência na qualidade do serviço prestado, na gestão econômico-financeira, na racionalidade operacional e econômica, além de garantir modicidade tarifária. A conformidade com esses critérios é monitorada pelo órgão regulador, sujeita a penalidades caso não sejam atendidos. Até a data-base de 31 de dezembro de 2024, a Companhia alcançou os indicadores estabelecidos.

As principais obrigações e encargos da Companhia, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, incluem: operar e manter instalações, zelar pelo controle patrimonial, prestar contas à ANEEL, observar a legislação ambiental, garantir acesso às redes, participar de entidades setoriais, manter documentação auditável, instalar equipamentos de controle de tensão, adotar soluções do planejamento do Sistema Interligado Nacional ("SIN"), colaborar com transmissoras, compartilhar infraestrutura, prestar contas aos usuários, obter anuência prévia da ANEEL em certas ações, comprometer-se com a redução de perdas elétricas, captar recursos financeiros para o serviço, aplicar parte da receita em pesquisa e eficiência energética, dar preferência a fornecedores nacionais e suportar eventuais prejuízos sem exclusão pela fiscalização.

A Companhia possui as seguintes prerrogativas previstas no Contrato de Concessão: direito de usar terrenos públicos, promover desapropriações, construir infraestrutura, instituir servidões administrativas, realizar estudos geológicos e topográficos, possibilidade de contratar terceiros para atividades relacionadas ao serviço e competência para levantamentos de campo em propriedades privadas. Suas prerrogativas não eximem a reparação imediata por danos causados a terceiros, não conferem imunidade tributária e não afetam direitos de terceiros e usuários.

Cabe ao Poder Concedente e à ANEEL expedir normas, instruções e regulamentações, as quais serão condições implícitas ao contrato, bem como realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) estabelecidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021, e demais normas definidas pela ANEEL, adotando-as sempre que não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) potencial de geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para cumprimento de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) histórico de lucros nos últimos exercícios sociais.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

Adicionalmente, de maneira voluntária, a Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1). A elaboração da DVA, embora não obrigatória para empresas de capital fechado, foi incluída como parte suplementar nas demonstrações financeiras.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2025.

3.2 Informações materiais das políticas contábeis

As informações materiais das políticas contábeis adotadas pela Companhia se encontram descritas em detalhes nas notas explicativas próprias e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

3.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Por definição, os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas, que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão relacionadas ao registro dos efeitos decorrentes de:

Item	Incerteza	Nota
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	Estimativa do montante recuperável do ativo	3.6
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	Análise do risco de crédito para estimar a perda de crédito esperada	6
Tributos diferidos	Estimativa de lucros tributáveis futuros para o reconhecimento de ativos fiscais	7.2
Ativos e passivos financeiros setoriais	Estimativa da variação entre os custos previstos e realizados para os valores ainda não realizados	9
Ativo financeiro da concessão	Mensuração a valor justo da indenização, prevista no contrato de concessão, ao final do prazo contratual	12.1
Ativo intangível da concessão	Estimativa do montante recuperável do ativo e da sua vida útil	13
Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos	Definição da taxa de juros para os contratos	14
Provisão para litígios e passivos contingentes	Definição da probabilidade e magnitude das saídas estimadas de recursos com perdas em processos judiciais	18
Reconhecimento de receita	Estimativa do valor da receita não faturada	22
Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”)	Estimativa dos valores que serão liquidados pela CCEE	22 e 23
Instrumentos financeiros	Mensuração a valor justo	26

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Resultados de 2024

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado.

3.6.1 Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3.6.2 Ativos não financeiros

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia concluiu que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

3.7 Reapresentação de saldos comparativos

A Companhia identificou a necessidade de refazer a divulgação de determinadas informações na demonstração dos fluxos de caixa, bem como em notas explicativas das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 2023. Essa revisão não resultou em alterações nos saldos apresentados, mas teve como objetivo aprimorar a transparência e a clareza das informações prestadas.

4. Adoção das IFRSs novas e revisadas

4.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 (janeiro de 2020) impactam apenas a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial, sem alterar valores ou reconhecimento de ativos, passivos, receitas ou despesas. A classificação se baseia nos direitos existentes na data do balanço, independentemente de expectativas sobre o exercício desses direitos, e considera o cumprimento de cláusulas restritivas nessa data. A definição de "liquidação" foi introduzida, referindo-se à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações determinam que apenas "covenants" exigidos até o final do período de relatório afetam o direito de uma entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses após essa data, mesmo que o cumprimento seja avaliado posteriormente. Direitos de postergação não são afetados por "covenants" a serem cumpridos após o período de relatório, mas, se forem exigidos dentro dos 12 meses seguintes, a entidade deve divulgar informações para que usuários

Norma	Descrição
	entendam o risco de liquidação antecipada. Essas informações incluem detalhes dos “covenants”, valores contábeis dos passivos relacionados e possíveis dificuldades de cumprimento.
Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações à IAS 7 e à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores, permitindo que os usuários avaliem os efeitos desses acordos sobre passivos e fluxos de caixa. As entidades devem informar: (i) termos e condições dos acordos, (ii) valores contábeis dos passivos relacionados, (iii) valores pagos aos fornecedores, (iv) faixas de vencimento dos passivos financeiros e contas a pagar, e (v) informações sobre risco de liquidez.
Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	As alterações ao IFRS 16 estabelecem novas exigências para a mensuração subsequente de transações de “sale and leaseback” alinhadas ao CPC 47 (IFRS 15). O vendedor-arrendatário deve determinar os “pagamentos de arrendamento” de modo que não reconheça ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido após a data de início. Isso evita o reconhecimento de ganho devido à remensuração do passivo de arrendamento. As alterações incluem novos exemplos ilustrativos sobre a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, e esclarecem que o passivo em uma transação de “sale and leaseback” qualificada como venda é um passivo de arrendamento.

4.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações à IAS 21 definem como avaliar se uma moeda é conversível por outra e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A moeda é considerada conversível quando a entidade pode obter outra moeda dentro de um prazo razoável e por meio de um mecanismo de mercado. Se a conversibilidade for limitada, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista para refletir as condições econômicas vigentes. A entidade pode usar taxas de câmbio observáveis ou outras técnicas de estimativa. As alterações também exigem divulgação de como a conversibilidade afeta o desempenho financeiro da entidade. Além disso, um novo apêndice foi adicionado à IAS 21 com orientações e exemplos ilustrativos. Essas mudanças são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, com adoção antecipada permitida, mas não podem ser aplicadas retrospectivamente.
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo muitas de suas exigências e adicionando novas. Algumas exigências da IAS 1 foram transferidas para a IAS 8, IFRS 7 e outras normas. A IFRS 18 introduz novas obrigações, como a apresentação de categorias e subtotais específicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e melhorias na agregação e desagregação de informações. A IFRS 18 deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas outras normas entram em vigor quando a IFRS 18 for adotada e devem ser aplicadas retrospectivamente com disposições de transição.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis forneçam divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras, desde que não tenham responsabilidade pública e que sua controladora final ou intermediária prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme as IFRS. A norma é opcional para essas subsidiárias e exige que elas atendam a critérios específicos, como não ter instrumentos negociados publicamente e não atuar em áreas de responsabilidade pública, como bancos e seguradoras. A IFRS 19 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Se adotada antecipadamente, a entidade deve seguir exigências de divulgação modificadas.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Resultados de 2024

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários à vista	2.663	6.955
Aplicações financeiras de curto prazo	42.771	38.707
Total	45.434	45.662

As aplicações estão distribuídas em várias Instituições Financeiras em fundos de renda fixa e CDI, com rentabilidade variando entre 100% e 110% do CDI. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.2.1. As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado.

6. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Englobam o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios, participação financeira do consumidor e energia de curto prazo liquidada na CCEE. A energia não faturada é apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio histórico dos últimos três meses de faturamento.

Resultados de 2024

Classe de consumo	Valores correntes							Valores renegociados							Saldo líquido em 31/12/2024	Saldo líquido m 31/12/2023
	Vincendos	Vencidos					Vincendos	Vencidos								
			De 91		Mais					Até		Mais				
	Até	Até	180	De 181	de	PECLD		Até	de	Até	de	PECLD				
	60 dias	90 dias	dias	360 dias	360 dias	(c)	Total	60 dias	60 dias	60 dias	60 dias	(c)	Total			
Fornecimento faturado (a)																
Residencial	7.524	5.577	133	182	567	(1.011)	12.972	55	57	34	154	(159)	141	13.113	13.647	
Comercial	2.688	1.601	103	235	1.120	(1.462)	4.285	11	4	11	106	(92)	40	4.325	5.378	
Industrial	1.057	820	28	17	892	(906)	1.908	12	-	6	545	(536)	27	1.935	2.566	
Rural	1.717	3.618	221	62	246	(309)	5.555	82	71	40	33	(30)	196	5.751	10.335	
Poder Público	1.217	110	2	1	1	(2)	1.329	-	-	-	2	(2)	-	1.329	1.444	
Iluminação Pública	702	10	-	-	-	-	712	-	-	-	-	-	-	712	760	
Serviço Público	869	3	-	-	-	-	872	-	-	-	-	-	-	872	955	
Subtotal	15.774	11.739	487	497	2.826	(3.690)	27.633	160	132	91	840	(819)	404	28.037	35.085	
Fornecimento não faturado (a)	15.898	-	-	-	-	-	15.898	-	-	-	-	-	-	15.898	18.009	
Serviços cobráveis	115	-	-	-	-	-	115	-	-	-	-	-	-	115	173	
Participação financeira	1.593	-	-	-	-	(264)	1.329	-	-	-	-	-	-	1.329	1.959	
Suprimento CCEE (b)	434	-	-	-	-	-	434	-	-	-	-	-	-	434	-	
Total	33.814	11.739	487	497	2.826	(3.954)	45.409	160	132	91	840	(819)	404	45.813	55.226	

- (a) **Fornecimento faturado e não faturado:** A redução observada justifica-se, principalmente, pelo reajuste tarifário negativo ocorrido em setembro de 2024 (efeito médio de -3,49%), e pela retração do mercado no 4T24, especialmente rural, em razão do aumento da intensidade de chuvas no período.
- (b) **Suprimento CCEE:** Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2024. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.
- (c) **Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa – PECLD:** Os valores relativos à PECLD foram constituídos com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento. Para a mensuração e reconhecimento dos valores, foi aplicado um percentual calculado a partir do histórico de inadimplência, considerando os seguintes parâmetros: (i) classe de consumo; (ii) data de faturamento; (iii) data de vencimento e (iv) data de arrecadação. Os valores reconhecidos refletem a melhor expectativa da Administração e são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Com base nos estudos realizados pela Companhia, o percentual de perdas esperadas, segregado por classe de consumo, é o seguinte:

Consumidores (*)	31/12/2024	31/12/2023
Residencial	0,35%	0,28%
Comercial	0,64%	0,70%
Industrial	0,15%	0,34%
Rural	0,21%	0,23%
Poder Público	0,03%	0,18%
Iluminação Pública	0,00%	0,11%

(*) Os percentuais da classe Serviço Público não foram apresentados por serem próximos de zero nos dois exercícios.

Resultados de 2024

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve alterações nas premissas de mensuração.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 26.2.3.

7. Tributos

7.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes, ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos compensáveis				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	736	507	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	301	595	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	3.543	1.660	7.545	3.832
Impostos e contribuições retidos na fonte	13	-	-	-
Outros	51	60	-	-
Total	4.644	2.822	7.545	3.832
Passivos a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	600	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	547	-	-
Programa de integração social - PIS	259	415	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.203	1.924	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	6.291	7.766	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	9	8	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.393	1.287	576	515
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	520	485	230	206
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.213	1.283	793	709
Parcelamentos	1.103	1.029	4.356	5.085
Total	11.991	15.344	5.955	6.515

Resultados de 2023

Movimentação	Ref.	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compensações	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis								
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	(a)	507	433	55	-	(259)	-	736
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	595	402	44	-	(740)	-	301
Programa de integração social – PIS	(b)	-	3.735	-	-	(1)	(3.734)	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	-	17.202	-	-	(3)	(17.199)	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	5.492	8.058	-	300	(40)	(2.722)	11.088
Imposto de renda retido na fonte – IRRF		-	1.547	-	-	(1.544)	10	13
Outros		60	746	-	-	(755)	-	51
Total		6.654	32.123	99	300	(3.342)	(23.645)	12.189
Passivos a recolher								
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ		600	4.070	-	(4.670)	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL		547	2.885	-	(3.432)	-	-	-
Programa de integração social – PIS		415	7.746	-	(4.168)	-	(3.734)	259
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		1.924	35.796	-	(19.318)	-	(17.199)	1.203
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		7.766	65.557	-	(64.310)	-	(2.722)	6.291
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN		8	109	-	(108)	-	-	9
Instituto nacional de seguridade social – INSS		1.802	10.665	-	(10.460)	(38)	-	1.969
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS		691	707	-	(648)	-	-	750
Impostos e contribuições retidos na fonte		1.992	6.615	-	(6.611)	-	10	2.006
Parcelamentos	(d)	6.114	-	415	(1.070)	-	-	5.459
Total		21.859	134.150	415	(114.795)	(38)	(23.645)	17.946

- (a) **IRPJ e CSLL – Ativos compensáveis:** refere-se ao (i) saldo negativo de CSLL relativo aos exercícios de 2016 e 2024 e ao (ii) saldo negativo de IRPJ relativos aos exercícios de 2021, 2022 e 2024.
- (b) **PIS e COFINS – Ativos compensáveis:** as adições e transferências para o passivo no período referem-se aos créditos apurados conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.
- (c) **ICMS – Ativos compensáveis:** refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/96, apropriado à razão de 1/48 avos por mês. A variação observada refere-se ao impacto do crescimento do volume de investimentos durante o exercício de 2024 (Notas Explicativas nº 12 e 13).
- (d) **Parcelamentos – Passivos a recolher:** o saldo circulante e não circulante refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrente da mudança do critério de tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação do parcelamento para abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

Resultados de 2024

7.2 Tributos Diferidos

Referem-se ao imposto de renda e contribuição social registrados sobre as diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos tributos na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Composição	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social	3.065	2.906	4.982	4.794
Total	3.065	2.906	4.982	4.794

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido no balanço patrimonial após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos ativos e passivos fiscais	Ref.	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Resultado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças temporárias							
PECLD		2.757	2.406	-	-	351	187
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		55	181	-	-	(126)	60
Ressarcimento de benefício		254	319	-	-	(65)	(44)
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	-	-	4.982	4.794	(188)	(79)
Total das diferenças temporárias		3.066	2.906	4.982	4.794	(28)	124
Compensação entre ativos e passivos diferidos		(3.066)	(2.906)	(3.065)	(2.906)	-	-
Total		-	-	1.917	1.888	(28)	124

(a) **Valor justo do ativo financeiro indenizável:** refere-se ao diferimento dos tributos apurados sobre as receitas relativas aos ganhos decorrentes da avaliação do ativo financeiro indenizável da concessão com base no valor justo e suas atualizações, bem como sobre a parcela transferida do ativo financeiro indenizável para o intangível quando da renovação do contrato de concessão da Companhia, ocorrida em 2015, que prorrogou o prazo por mais 30 anos, com vigência até 7 de julho de 2045.

8. Almoxarifado operacional

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização. O saldo de R\$ 2.490 (R\$ 2.152 em 2023) refere-se às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição da Companhia, e está assim representado:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Almoxarifado de manutenção e operação	1.685	1.535
Adiantamentos a fornecedores	800	612
Outros	5	5
Total	2.490	2.152

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Ao longo do ciclo tarifário atual, a atualização monetária das diferenças, positivas ou negativas, é reconhecida no resultado, bem como são amortizados os valores constituídos e devidamente homologados pela ANEEL no ciclo tarifário anterior.

No balanço patrimonial, os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A composição e movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Composição	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais		(41.313)	940
Constituição	22	(15.184)	(35.812)
Amortização	22	31.274	646
Atualização	24	(2.785)	(1.621)
Devolução dos créditos PIS/COFINS	20	-	(5.466)
Outros		407	-
Saldos finais		(27.601)	(41.313)

Resultados de 2024

Movimentação	Saldo em 31/12/2023	Receita operacional líquida		Resultado financeiro		Saldo em 31/12/2024	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (f)
		Constituição	Amortização	Atualização	Outros				
Itens da Parcela A (a)	(15.446)	5.456	13.629	(267)	-	3.372	4.058	(1.739)	1.053
Aquisição de energia	(15.976)	1.068	13.682	(775)	-	(2.001)	4.759	(7.689)	929
Proinfa	(941)	95	1.046	(53)	-	147	178	(173)	142
Transporte rede básica	2.054	469	(1.497)	142	-	1.168	27	1.338	(197)
Transporte itaipú	943	31	(647)	33	-	360	(123)	514	(31)
ESS	467	2.149	(92)	356	-	2.880	1.047	1.793	40
CDE	(1.993)	1.644	1.137	30	-	818	(1.830)	2.478	170
Componentes financeiros	(25.867)	(20.640)	17.645	(2.518)	407	(30.973)	(10.586)	(20.387)	-
Neutralidade da Parcela A (b)	(16.350)	(11.490)	14.790	(822)	-	(13.872)	(527)	(13.345)	-
Sobrecontratação de energia (c)	(1.149)	(2.741)	(5.533)	(1.533)	-	(10.956)	(7.454)	(3.502)	-
Outros itens financeiros	(5.082)	(2.033)	5.665	(68)	-	(1.518)	-	(1.518)	-
Ultrapassagem de demanda (d)	(818)	(679)	637	(31)	-	(891)	(214)	(677)	-
Excedente de reativos (d)	(2.468)	(1.528)	2.086	(64)	-	(1.974)	(629)	(1.345)	-
Bandeiras Tarifárias (e)	-	(2.169)	-	-	407	(1.762)	(1.762)	-	-
Total	(41.313)	(15.184)	31.274	(2.785)	407	(27.601)	(6.528)	(22.126)	1.053

- (a) **Itens da parcela A:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Minas e Energia (“MME”) e de Estado da Fazenda (“MF”) nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, o que significa que todas as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.
- (b) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.
- (c) **Sobrecontratação de energia:** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a esse referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias subsequentes, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo (Nota Explicativa nº 26.2.4).

Resultados de 2024

- (d) **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos:** referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda (“UD”) e Excedente de Reativos (“ER”), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.1, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 1.091, de 14 de maio de 2024. São faturamentos realizados pela Companhia, decorrentes da parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária da Companhia.
- (e) **Bandeiras tarifárias:** refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 22.4.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias.
- (f) **Saldo a compensar:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.

9.1 Efeitos relevantes no exercício

9.1.1 Itens da Parcela A

O efeito observado no exercício de 2024 está principalmente relacionado à amortização dos passivos financeiros setoriais constituídos ao longo dos ciclos tarifários de 2022-2023 e 2023-2024, homologados pelas Resoluções Homologatórias nº 3.254/2023 e nº 3.383/2024, respectivamente. Esses passivos resultam, sobretudo, da diferença entre o preço médio dos contratos de compra de energia e as tarifas de cobertura estabelecidas nos reajustes tarifários vigentes nesses períodos.

9.1.2 Sobrecontratação de energia

A variação observada decorre principalmente do financeiro negativo constituído no ciclo tarifário 2023-2024, homologado pela Resolução Homologatória nº 3.383/2024, e do passivo financeiro negativo em constituição, cuja homologação está prevista para setembro de 2025. Ambos decorrem das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e as tarifas de cobertura de energia definidas nos reajustes tarifários vigentes nesses períodos, verificadas durante as operações de compra e venda de energia realizadas no Mercado de Curto Prazo (MCP), administrado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

9.1.3 Outros financeiros

A variação observada refere-se, principalmente, à amortização do componente financeiro negativo incluído no reajuste tarifário de 2023, decorrente da devolução do saldo dos créditos de PIS e COFINS por meio da tarifa de energia elétrica, nos termos da Lei nº 14.385/2022, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 3.254/2023.

10. Repasse CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) é um mecanismo financeiro no setor elétrico brasileiro. Sua principal função é prover recursos para financiar políticas e programas do governo relacionados ao desenvolvimento do setor elétrico, como subsídios para tarifas, investimentos em fontes alternativas de energia, e outras iniciativas estratégicas. A CDE é financiada por encargos setoriais pagos pelos agentes do mercado de energia elétrica e desempenha um papel crucial na promoção da expansão e estabilidade do sistema elétrico no Brasil.

Os valores repassados à Companhia são destinados a cobrir os descontos tarifários incidentes sobre as tarifas de energia elétrica, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22.4. Esses subsídios foram

Resultados de 2024

retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e conforme o art. 13, VII, da Lei nº 10.438/2002, alterado pela Lei nº 13.360/2016, passaram a ser pagos pela CDE, por meio da CCEE, que é a gestora do fundo. Os montantes dos repasses são anualmente determinados nos processos tarifários e abrangem o período de setembro do ano em curso a agosto do ano seguinte. A Companhia reconhece mensalmente as diferenças a serem compensadas no próximo processo tarifário. A composição do saldo dos descontos tarifários ao final do exercício é detalhada da seguinte forma:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Subsídio Irrigante/Aquicultor	9.239	9.348
Subsídio Rural (a)	-	698
Subsídio Carga Fonte Incentivada	3.102	2.373
Subsídio Residencial Baixa Renda	602	1.044
Subsídio Geração Fonte Incentivada	8	7
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento (a)	-	14
Subsídio Sistema de Compensação de Energia Elétrica	15.776	13.882
Total	28.727	27.366

(a) **Subsídios Rural e Água, Esgoto e Saneamento:** encerramento, em dezembro de 2023, da subvenção concedida nos termos do Decreto nº 9.642 de 27 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, a ANEEL homologou os valores a serem repassados à Companhia por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução homologatória	Competências	Previsão	Ajuste	Total
ANEEL nº 3.254/23	Set/23 a Ago/24	4.254	1.398	5.652
ANEEL nº 3.383/24	Set/24 a Ago/25	6.166	2.096	8.262

11. Outros ativos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Crédito com empregados		211	260	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	209	246	-	-
Desativações em curso	(b)	510	1.065	-	-
Depósitos para reinvestimento	(c)	-	-	1.006	556
Outros		237	259	-	-
Total		1.167	1.830	1.006	556

(a) **Compartilhamento de infraestrutura:** refere-se à remuneração da Companhia pelo compartilhamento da infraestrutura da concessão. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida”, no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.

(b) **Desativações em curso:** refere-se ao saldo das ordens de desativação em curso, que representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, utilizadas para apuração dos custos referentes à retirada (baixa) de bens integrantes do ativo vinculado ao serviço concedido.

(c) **Depósitos para reinvestimento:** refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S.A., acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo

prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica “Outros passivos não circulantes” (Nota Explicativa nº 20), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene dos projetos encaminhados pela Companhia.

12. Concessão do serviço público

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao contrato de concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao Poder Concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo é aplicável quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo Poder Concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários.

Como a Companhia é remunerada: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado.

Devido a implementação da ICPC 01 (R1), os ativos de infraestrutura de distribuição em serviço foram bifurcados da seguinte forma: (i) Ativo financeiro indenizável (Nota Explicativa nº 12.1) - composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente; e (ii) Intangível (Nota Explicativa nº 13) - compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, conseqüentemente, ao direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de fornecimento de energia elétrica ao longo do contrato de concessão.

Já os ativos que se encontram no período de construção, e que ainda não estão em serviço, foram classificados, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, como ativos

contratuais, uma vez que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo em que os ativos são construídos, sendo classificados na rubrica de Ativo Contratual (Nota Explicativa nº 12.2).

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21. Os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões de serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

12.1 Ativo financeiro indenizável

A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pela ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada cinco anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (“BRR”), conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição – VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais e do Banco de Preços da Companhia.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária (“PRORET”), submódulo 2.3.

O Banco de Preços da Companhia é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.003/2022; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens,

Resultados de 2024

considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da BRR das concessionárias.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

Movimentação	Ref.	R\$ mil
Saldo em 1º de janeiro de 2023		12.813
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	643
Adições por transferências do intangível		3.874
Saldo em 31 de dezembro de 2023		17.330
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(a)	960
Adições por transferências do intangível		6.904
Saldo em 31 de dezembro de 2024		25.194

(a) **Valor justo do ativo financeiro indenizável:** refere-se à atualização, a título de avaliação a valor justo, do ativo financeiro indenizável reconhecida em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida” (Nota Explicativa nº 22).

12.2 Ativo contratual

Refere-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando do término da construção da infraestrutura, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho exigida pelo CPC 47, sendo os referidos ativos bifurcados como Ativo Financeiro Indenizável (Nota Explicativa nº 12.1) ou como Ativo Intangível (Nota Explicativa nº 13), conforme a forma de remuneração.

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	31/12/2024	31/12/2023
Ativo contratual em curso (a)	121.544	74.192
(-) Obrigações especiais	(6.328)	(4.418)
Total	115.216	69.774

(a) **Ativo contratual em curso:** o crescimento do ativo contratual em curso em relação ao ano de 2023 se deve, principalmente, à execução do Projeto Colatina 2, um investimento estimado em R\$ 82.000 que irá propiciar à Companhia sua segunda conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN (Rede Básica). Os elementos do Projeto Colatina 2 apresentam características específicas, destacando-se a SE Colatina 2, com transformações de nível de tensão em 138/69 kV e 69/25-15 kV, e as linhas de distribuição LD João Neiva 2 – Colatina 2 (28,2 km de extensão) e LD Colatina 2 – Duas Vendinhas (15,6 km de extensão), operando em diferentes tensões. A SE Colatina 2 estabelecerá conexões por meio de linhas de 138 kV com a Rede Básica, ao mesmo tempo em que se interligará através de linhas de 69 kV ao sistema elétrico já existente na região.

Resultados de 2024

A movimentação do ativo contratual é demonstrada a seguir:

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transf. para intangível	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo contratual em curso	74.192	87.634	(40.282)	121.544
(-) Obrigações especiais	(4.418)	(8.359)	6.449	(6.328)
Total	69.774	79.275	(33.833)	115.216

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Transf. para intangível	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo contratual em curso	17.075	86.029	(28.912)	74.192
(-) Obrigações especiais	(1.989)	(8.113)	5.684	(4.418)
Total	15.086	77.916	(23.228)	69.774

13. Intangível

O intangível está mensurado pelo custo total de aquisição/construção deduzido da amortização acumulada. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil dos ativos, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

				31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço	4,68%	366.139	(157.955)	208.184	191.086
(-) Obrigações especiais		(94.457)	39.279	(55.178)	(52.289)
Total		271.682	(118.676)	153.006	138.797

				31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço	4,50%	338.362	(147.276)	191.086	180.138
(-) Obrigações especiais		(88.044)	35.755	(52.289)	(49.785)
Total		250.318	(111.521)	138.797	130.353

O direito de uso da concessão refere-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pela ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

Resultados de 2024

As mutações do intangível são apresentadas a seguir:

	Valor líquido em 31/12/2023	Transf. de ativo contratual	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2024
Direito de uso da concessão						
Intangível em serviço	191.086	40.282	(6.904)	(14.460)	(1.820)	208.184
(-) Obrigações especiais	(52.289)	(6.449)	-	3.524	36	(55.178)
Total	138.797	33.833	(6.904)	(10.936)	(1.784)	153.006

	Valor líquido em 31/12/2022	Transf. de ativo contratual	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2023
Direito de uso da concessão						
Intangível em serviço	180.138	28.912	(3.874)	(12.785)	(1.305)	191.086
(-) Obrigações especiais	(49.785)	(5.684)	-	3.144	36	(52.289)
Total	130.353	23.228	(3.874)	(9.641)	(1.269)	138.797

(a) **Amortizações:** no exercício, a Companhia registrou créditos de PIS/COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$ 849, sendo R\$ 767 em 2023 (Nota Explicativa nº 23.4).

Os saldos do intangível estão reduzidos pelas Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) e pela Reserva para Reversão.

As Obrigações Especiais e a Reserva para Reversão representam um passivo financeiro, constituído por valores e/ ou bens recebidos de Municípios, Estado, União e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Companhia.

A Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

14.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento (exceto reavaliação cambial).

O custo do ativo de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mensurados inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento reconhecidos à taxa de desconto na data de início do arrendamento, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data do reconhecimento inicial, bem como a estimativa de custos de restauração a serem incorridos pelo arrendatário ao final do contrato, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo e o valor residual conforme a política de ativo imobilizado.

Resultados de 2024

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

			31/12/2024	31/12/2023
Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado direito de uso				
Edificações (a)	12.170	(6.151)	6.019	4.033
Veículos (b)	816	(136)	680	-
Total	12.986	(6.287)	6.699	4.033

			31/12/2023	31/12/2022
Composição	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado direito de uso				
Edificações (a)	9.075	(5.042)	4.033	5.042
Total	9.075	(5.042)	4.033	5.042

A movimentação do direito de uso de ativos é apresentada como segue:

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Direito de uso				
Edificações (a)	4.033	3.095	(1.109)	6.019
Veículos (b)	-	816	(136)	680
Total do Direito de uso	4.033	3.911	(1.245)	6.699

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2023
Direito de uso				
Edificações	5.042	-	(1.009)	4.033
Total do Direito de uso	5.042	-	(1.009)	4.033

(a) **Edificações:** As adições realizadas no exercício de 2024 referem-se a: (i) sete contratos de locação, sendo seis para escritórios de atendimento localizados nos municípios de São Gabriel da Palha, Alto Rio Novo, Águia Branca, Pancas, Marilândia e Colatina, e um para um refeitório em Colatina; e (ii) à renovação dos contratos de locação da sede administrativa e dos depósitos de materiais da Companhia. Todos os contratos de arrendamento foram firmados com parte relacionada e, por esse motivo, submetidos à anuência prévia da ANEEL, com validade até dezembro de 2029 (Nota Explicativa nº 28).

(b) **Veículos:** refere-se ao contrato de locação de dez veículos firmado em 2024.

Resultados de 2024

14.2 Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

O valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Operação	Características da operação			Circulante	Não circulante	31/12/2024	31/12/2023
	Vencimento	Periodicidade de amortização	Taxa de juros a.a. (a)				
Edificações	2029	Mensal	7,99% a 14,15%	1.231	6.040	7.271	5.253
Veículos	2027	Mensal	16,96% a 17,50%	326	444	770	-
Total				1.557	6.484	8.041	5.253

(a) **Taxa de juros a.a.:** a Companhia definiu a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal, praticada no mercado, para captação de recursos em montante suficiente para aquisição de um imóvel com características semelhantes.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada como segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.080	5.252	6.332
Encargos	451	-	451
Amortizações (principal e encargos)	(1.530)	-	(1.530)
Transferências	1.166	(1.166)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.167	4.086	5.253
Ingressos	319	3.592	3.911
Encargos	399	-	399
Amortizações (principal e encargos)	(1.522)	-	(1.522)
Transferências	1.194	(1.194)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.557	6.484	8.041

O escalonamento dos vencimentos das parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2024, se encontram demonstrados a seguir:

Parcelas do não circulante	31/12/2024
2026	2.126
2027	1.942
2028	1.783
2029	1.787
Valores não descontados	7.638
Juros embutidos	(1.154)
Saldo do passivo não circulante de arrendamento	6.484

Resultados de 2024

15. Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica (a)	18.119	18.896
Encargos de uso da rede básica e conexão (a)	5.944	6.207
Suprimento - CCEE - MCP (b)	964	3.690
Materiais e serviços	4.590	3.599
Geração distribuída (c)	9.467	3.928
Total	39.084	36.320

- (a) **Suprimento de energia elétrica e Encargos de uso da rede básica e conexão:** o detalhamento dos contratos e dos volumes adquiridos está apresentado na Nota Explicativa nº 23.1.
- (b) **Suprimento – CCEE – MCP:** Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2024. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.
- (c) **Geração distribuída:** refere-se ao crédito de micro e minigeração distribuída nos termos da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022. O crescimento registrado no exercício de 2024 é atribuído ao aumento do volume de créditos de energia elétrica gerada por unidades consumidoras com instalações de microgeração ou minigeração distribuída, sendo o volume em aberto de 34 GWh em 2024 e 17 GWh em 2023.

Resultados de 2024

16. Empréstimos e financiamentos

16.1 Composição e principais condições contratuais

Instituição	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants (a)	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2024			31/12/2023		
										Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Nacional															
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	222	29/05/2014	222	29/05/2014 a 15/06/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	14	-	14
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	79	29/05/2014	79	29/05/2014 a 15/06/2024	Aquisição de equipamentos para distribuição de energia.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	5	-	5
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	209	01/07/2014	209	01/07/2014 a 15/07/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	15	-	15
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	154	01/07/2014	154	01/07/2014 a 15/07/2024	Aquisição de medidores polifásicos e contadores monofásicos digitais de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	11	-	11
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	233	05/11/2014	233	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de reguladores automáticos de tensão monofásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	27	-	27
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	133	05/11/2014	133	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de medidores eletrônicos de energia elétrica e contadores trifásicos digitais de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	15	-	15
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	35	05/11/2014	35	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de medidores eletrônicos de energia elétrica.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	4	-	4
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	46	05/11/2014	46	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de grupo gerador.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	5	-	5
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	183	05/11/2014	183	05/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de transformadores monofásicos e trifásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	21	-	21
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	2.130	06/11/2014	2.130	06/11/2014 a 15/11/2024	Aquisição de elevador trifásico.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	244	-	244
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	43	22/12/2014	43	22/12/2014 a 15/01/2025	Aquisição de transformadores monofásicos.	-	6,0% a.a.	Mensal	Aval/Fiança	-	-	-	5	-	5
BNDES - 22.9.0072.1	48.000	19/10/2022	48.000	19/10/2022 a 15/09/2042	Plano de investimentos 2021-2023	Dívida líquida em relação ao LAJIDA ajustado(b) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 7,29% a.a.	Juros trimestrais. Amortização a partir de julho/2024 principal e juros mensais.	Cessão fiduciária de direitos creditórios de no mínimo 300% do valor da prestação vincenda no mês subsequente	2.909	46.422	49.331	1.264	40.685	41.949
(-) Custo de transação	-	19/10/2022	(1.147)	19/10/2022 a 15/09/2042	Plano de investimentos 2021-2023	-	-	Amortização mensal do custo de transação	-	(60)	(1.009)	(1.069)	(54)	(953)	(1.007)
BNDES - 23.9.0057.1	65.600	10/11/2023	60.526	10/11/2023 a 15/09/2043	Projeto Colatina 2	Dívida líquida em relação ao LAJIDA ajustado(b) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 7,34% a.a.	Juros trimestrais. Amortização a partir de janeiro/2025 principal e juros mensais.	Cessão fiduciária de direitos creditórios de no mínimo 300% do valor da prestação vincenda no mês subsequente	3.487	58.787	62.274	-	-	-
(-) Custo de transação	-	10/11/2023	(1.463)	10/11/2023 a 15/09/2043	Projeto Colatina 2	-	-	Amortização mensal do custo de transação	-	(76)	(1.345)	(1.421)	-	-	-
Total										6.260	102.855	109.115	1.576	39.732	41.308

Resultados de 2024

- (a) **Covenants:** a Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar em multas ou até a declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.
- (b) **LAJIDA ajustado:** corresponde ao somatório dos seguintes itens: (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por *impairment*/reversões de perdas anteriores; (+/-) resultados com operações descontinuadas negativos/positivos; (-) outras receitas operacionais; (+) Pis e Cofins diferidos por conta da aplicação da ICPC 01; (-) margem de construção (receita de construção - custo de construção); (-) receita com ativo financeiro da concessão; (+/-) registro de valores positivos e/ou negativos no resultado do exercício para fins regulatórios cuja contrapartida seja ativos/passivos regulatórios pertinentes às atividades de distribuição de energia, estornados em função da aplicação do IFRS; (+/-) outros ajustes IFRS.

Os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os pagamentos de juros relativos às dívidas estão sendo classificados como atividade de financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

16.2 Mutações dos empréstimos e financiamentos

	Saldo em 31/12/2023	Ingressos	Pagamentos	Juros Provisionados	Transferências	Amortização Custo Transação	Variação Monetária	Saldo em 31/12/2024
Circulante								
Principal	1.513	-	(1.738)	-	6.037	-	272	6.084
Juros	117	-	(5.765)	5.960	-	-	-	312
Custo de Transação	(54)	-	-	-	(191)	109	-	(136)
Total Circulante	1.576	-	(7.503)	5.960	5.846	109	272	6.260
Não Circulante								
Principal	40.685	67.028	-	-	(6.037)	-	3.533	105.209
Custo de Transação	(953)	(1.592)	-	-	191	-	-	(2.354)
Total Não Circulante	39.732	65.436	-	-	(5.846)	-	3.533	102.855
Total	41.308	65.436	(7.503)	5.960	-	109	3.805	109.115

16.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2026	2027	2028	2029	2030+	Total
Parcelas do não circulante	5.947	5.947	5.947	5.947	79.067	102.855

17. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Salários a pagar	1.185	1.043
Previdência privada	231	223
Férias a pagar (a)	4.255	4.076
Tributos retidos na fonte	651	597
Consignações em favor de terceiros	105	86
Participações estatutárias	4.139	3.730
Outros	-	3
Total	10.566	9.758
Circulante	8.478	7.890
Não circulante	2.088	1.868

- (a) **Férias a pagar:** inclui o adicional e respectivos encargos sociais.

18. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis e as jurisprudências disponíveis.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

18.1 Risco de perda provável

A Administração, com base nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, estabeleceu provisões para todos os processos judiciais, nos quais a probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração está convencida de que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir perdas decorrentes dos processos em andamento. O demonstrativo detalhando a movimentação das provisões para perdas prováveis está apresentado a seguir:

	31/12/2023			31/12/2022
Movimentação	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldos iniciais	360	171	531	356
Constituições	113	47	160	311
Atualizações	17	26	43	90
Reversões	(226)	(36)	(262)	(154)
Pagamentos	(147)	(164)	(311)	(72)
Saldos finais	117	44	161	531

18.1.1 Trabalhistas

Trata-se da ação trabalhista na qual é discutida a equiparação do salário recebido ao piso estabelecido em CCT com reflexo em férias, FGTS, gratificação natalina, contribuições previdenciárias e aviso prévio indenizado. O montante constituído é atualizado monetariamente pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, conforme decisão emitida pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2020.

Resultados de 2024

18.1.2 Cíveis

Refere-se a ações judiciais que, em sua maioria, abordam as seguintes questões:

- (i) Ausência, interrupção ou suspensão no fornecimento de energia elétrica decorrente de falha na prestação de serviço;
- (ii) Reparação de danos morais e materiais decorrente de falha na prestação de serviço;
- (iii) Compensações por acidentes na rede;
- (iv) Revisão do faturamento das contas de energia elétrica.

Os valores originais são atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

18.2 Risco de perda possível

A Companhia possui processos em andamento de natureza cível, tributária e trabalhista, nos quais a probabilidade de perda foi avaliada pelos consultores jurídicos como possível, não demandando a constituição de provisão. A composição dos processos classificados como possíveis está demonstrada a seguir:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	20.320	4.439
Cíveis	7.239	6.747
Trabalhista	29	-
Total	27.588	11.186

18.2.1 Tributárias

Refere-se a: i) processo administrativo fiscal, com valor atualizado de R\$ 4.682, que tem como objeto o estorno de créditos do PIS/PASEP e da COFINS sobre perdas não técnicas de energia elétrica e seus efeitos reflexos no IRPJ e na CSLL; e ii) processo administrativo fiscal, com valor atualizado de R\$ 15.638, referente a Auto de Infração lavrado pelo Estado do Espírito Santo, para a cobrança de débitos de ICMS apurados entre os períodos de 2019 a 2023, relativos ao diferimento sobre as aquisições internas de energia elétrica, na proporção das saídas isentas ou não tributadas em relação às saídas totais da mercadoria.

18.2.2 Cíveis

Refere-se a ações judiciais que, em sua maioria, abordam as seguintes questões:

- (i) Ausência, interrupção ou suspensão no fornecimento de energia elétrica decorrente de falha na prestação de serviço;
- (ii) Reparação de danos morais e materiais decorrente de falha na prestação de serviço;
- (iii) Compensações por acidentes na rede;
- (iv) Revisão do faturamento das contas de energia elétrica.

Os valores originais são atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

Para as ações de natureza cível, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R\$ 1.089 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.033 em 2023).

18.3 Risco de perda remoto

A Companhia possui dois processos em andamento, de natureza cível, nos quais figura no polo ativo, em que a probabilidade de perda vem sendo considerada como remota.

O primeiro processo refere-se a uma demanda visando a restituição de um montante que a Companhia mantinha em conta corrente de sua titularidade, comprovado pela existência de extratos demonstrando os valores.

O segundo processo refere-se a uma ação de cobrança de compartilhamento de infraestrutura, visando o recebimento de valores provenientes de contrato de uso mútuo de postes. Destaca-se que houve manifestação judicial favorável à Companhia, e o procedimento encontra-se em fase de cumprimento de sentença.

18.4 Depósitos judiciais e cauções

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	31	34
Servidão administrativa (a)	461	460
Total	492	494

(a) **Servidão administrativa:** Refere-se aos depósitos judiciais decorrentes dos processos de servidão administrativa, necessária à execução das LD João Neiva 2 – Colatina 2 e LD Colatina 2 – Duas Vendinhas, integrantes do Projeto Colatina 2. A Companhia obteve a Declaração de Utilidade Pública (“DUP”) dos referidos empreendimentos. A servidão administrativa no setor elétrico ocorre quando uma empresa precisa usar parte de uma propriedade privada para instalações elétricas, oferecendo uma indenização ao proprietário. Em casos de desacordo sobre o valor da indenização, o processo pode se tornar judicial. A judicialização envolve apresentação de argumentos e evidências, visando equilibrar os interesses da empresa e do proprietário.

19. Encargos setoriais

Composição	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19.1	1.863	1.606
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.1	3.024	3.385
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.2	319	1.148
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	19.3	45	37
Total		5.251	6.176

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. Os recursos apurados são destinados aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis

Resultados de 2024

nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente.

Mensalmente, os valores constituídos são atualizados com base na taxa Selic (P&D e PEE) e pelo IGP-M (PROCEL), a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso ou imobilizado em curso, conforme o caso, até a conclusão dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em favor da modicidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL. Do saldo em aberto, os recursos financeiros de P&D e PEE a serem recolhidos a CDE em 31 de dezembro de 2024 somam R\$ 104 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2023).

19.2 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é um fundo setorial, gerido pela CCEE, que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. As informações a respeito dos valores e prazos de pagamento à CCEE, se encontram detalhados na tabela abaixo:

CDE	Regulamentação	Montante 2024	Cota Mensal 2024	Competência	Prazo para a liquidação
Encargo de uso	Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.426/24	50.744	4.228	Janeiro a Dezembro de 2024	Até o décimo dia do mês de competência
Geração Distribuída	Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.426/24	3.827	319	A partir do processo tarifário ordinário de 2024	Até o décimo dia do segundo mês subsequente à competência

Em 10 de outubro de 2024, por meio do Despacho nº 3.056, foi encerrado o recolhimento das quotas mensais dos encargos CDE Covid (Despacho ANEEL nº 939/2021) e CDE Escassez Hídrica (Despacho ANEEL nº 510/2023), após a quitação antecipada dos empréstimos associados a essas contas. Essa quitação foi viabilizada pela antecipação de recebíveis da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), vinculados às obrigações futuras da Eletrobras, conforme estabelecido pela Medida Provisória nº 1.212, de 9 de abril de 2024.

19.3 Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. Os valores definidos pelo Órgão Regulador para os exercícios de 2024 e 2023, estão abaixo demonstrados:

Regulamentação	Valor Anual
Despacho ANEEL nº 3.763/2023	441
Despacho ANEEL nº 2.953/2024	539

Resultados de 2024

20. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a repassar	(a)	1.844	1.760	-	-
Bônus Itaipu	(b)	1.913	5	-	-
Prêmios de seguros		481	361	-	-
Ressarcimento de benefício		279	257	465	684
Consumidores	(c)	69	71	-	-
Outros passivos	(d)	541	427	141	63
Total		5.127	2.881	606	747

- (a) **Valores a repassar:** refere-se aos valores a repassar a terceiros relativos aos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores.
- (b) **Bônus Itaipu:** refere-se aos valores a serem aplicados como créditos nas faturas emitidas em janeiro de 2025 para as unidades consumidoras elegíveis, conforme a aplicação da Tarifa Bônus de Itaipu, estabelecida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.420/2024.
- (c) **Consumidores:** refere-se à obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. No exercício de 2023, em conformidade com a Lei nº 14.385/2022, foram revertidos R\$ 5.466 para a modicidade tarifária, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 3.254/2023.
- (d) **Outros passivos:** o saldo não circulante refere-se à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Nota Explicativa nº 11c).

21. Patrimônio Líquido

21.1 Capital social

Em 10 de julho de 2024 foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, um aumento de capital no valor de R\$ 4.000, mediante o aproveitamento parcial do saldo da reserva legal (R\$ 447) e das reservas de incentivos fiscais (R\$ 3.553).

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 154.000 (R\$ 150.000 em 2023), composto por 5.146.995 ações, sem valor nominal, sendo 3.419.359 ações ordinárias (66,43%) e 1.727.636 ações preferenciais (33,57%), assim representadas:

Espécie / Classe	Quantidade	31/12/2024	Quantidade	31/12/2023
		R\$		R\$
Ordinárias nominativas – ON	3.419.359	102.308	3.419.359	99.651
Preferenciais nominativas – PN	1.727.636	51.692	1.727.636	50.349
Capital Subscrito	5.146.995	154.000	5.146.995	150.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		38,91		37,22

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal do capital social e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

Resultados de 2024

21.2 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi baseado no lucro líquido do exercício e no número de ações ordinárias e preferenciais que compõem o capital social da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	32.291	31.454
Número de ações em poder dos acionistas	5.146.995	5.146.995
Lucro por ação (em R\$)	6,27	6,11

21.3 Reservas

As reservas da Companhia possuem a seguinte abertura:

Composição	Ref.	31/12/2024	31/12/2023
Reserva de incentivos fiscais	(a)	3.253	3.840
Reserva legal	(b)	2.428	1.408
Reserva de retenção de lucros	(c)	26.876	22.088
Lucro do exercício a deliberar	(d)	13.694	14.211
Total		46.251	41.547

- (a) **Reserva de incentivos fiscais:** corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para absorção de eventuais prejuízos. No exercício de 2024, R\$ 3.553 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital (R\$ 1.652 em 2023). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu o montante de R\$ 2.966 (R\$ 3.291 em 2023).
- (b) **Reserva legal:** constituída com 5% do lucro líquido do exercício, está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Durante o exercício de 2024, foram destinados para aumento de capital R\$ 447 (R\$ 8.213 em 2023) e, ao final do exercício, houve a constituição de R\$ 1.467 (R\$ 1.408 em 2023).
- (c) **Reserva de retenção de lucros:** constituída para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas Assembleias Gerais Ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu o montante de R\$ 5.077. Em observância à Política de Remuneração em vigor, houve um ajuste de redução no saldo das participações estatutárias em contrapartida desta reserva no montante de R\$ 289.
- (d) **Lucro do exercício a deliberar:** com base na ICPC 08 (R1), corresponde a parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório calculado de acordo com o Estatuto Social da Companhia. A Administração propõe a seguinte destinação: (i) conforme detalhado na Nota Explicativa nº 21.4, R\$ 7.680 para serem distribuídos aos acionistas como dividendo adicional; e (ii) retenção da parcela remanescente, no valor de R\$ 6.014, para fazer face a parcela de todo o capital próprio que será requerido para os investimentos previstos no ano de 2025, conforme previsto em orçamento de capital que será encaminhado, juntamente com estas demonstrações financeiras, para aprovação em Assembleia dos Acionistas.

Resultados de 2024

21.4 Dividendos

Com base no resultado do exercício e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Base de Cálculo	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	32.291	31.454
(-) Constituição de reserva legal	(1.467)	(1.408)
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.966)	(3.291)
(=) Lucro ajustado	27.858	26.755
Dividendo mínimo obrigatório	12.320	10.717
Dividendo adicional proposto	7.680	9.134
(=) Total do dividendo proposto	20.000	19.851

A composição dos dividendos propostos referente ao exercício de 2024 é como segue:

Provento	Valor
Juros sobre o capital próprio, bruto	12.294
(-) IRRF, à alíquota de 15%	(1.844)
(=) Juros sobre o capital próprio, líquido	10.450
(+) Dividendo adicional obrigatório	1.870
(=) Dividendo mínimo obrigatório	12.320
(+) Dividendo adicional proposto	7.680
(=) Total do dividendo proposto	20.000

A Companhia reconhece a proposta de distribuição de dividendos em suas demonstrações financeiras conforme a ICPC 08 (R1). Dessa forma, a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, por representar uma obrigação presente na data do balanço, é registrada no passivo da Companhia. Já a parcela que excede ao previsto legal ou estatutariamente, por não ser considerada uma obrigação presente na data do balanço, é mantida no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos acionistas em assembleia geral.

Nos termos do art. 17, § 4º, da Lei nº 6.404/76, e artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a distribuição de dividendos em igualdade de condições para as ações ON e PN, conforme demonstrado a seguir:

Provento	Valor	R\$ / Ação	
		ON	PN
Dividendo mínimo obrigatório	12.320	2,39	2,39
Dividendo adicional proposto	7.680	1,49	1,49
Total do dividendo proposto	20.000	3,88	3,88

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da deliberação da assembleia geral, que poderá, diante de excepcionalidades, casos fortuitos, força maior e outros eventos imprevisíveis plenamente justificados, ultrapassar o referido período.

Resultados de 2024

Adicionalmente, a movimentação ocorrida ao longo do exercício de 2024 e respectivos saldos correspondentes aos dividendos e juros sobre o capital próprio (“JCP”) são demonstrados como segue:

Movimentação	Dividendo	JCP	Saldo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	365	10.352	10.717
(+) Crédito de JCP	-	12.294	23.011
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.844)	21.167
(-) Pagamento de JCP (a)	-	(10.352)	10.815
(+) Crédito de dividendos complementares	9.134	-	19.949
(-) Pagamento de dividendo (a)	(9.499)	-	10.450
(+) Crédito de dividendo	1.870	-	12.320
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.870	10.450	12.320

(a) **Pagamento de JCP e dividendos:** os juros sobre o capital próprio e os dividendos foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 24 de abril de 2024 e pagos dentro do exercício.

22. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na medida em que é provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia no âmbito de um contrato com o cliente. A mensuração da receita é realizada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a ser recebida, líquida de quaisquer contraprestações variáveis, como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia efetua o reconhecimento da receita quando transfere o controle do produto, infraestrutura ou serviço ao cliente. Em casos de incertezas significativas quanto à realização, a receita não é reconhecida.

Resultados de 2024

	Nota	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional							
Fornecimento - Faturado	22.1.1						
Residencial		77.711	76.295	172.655	159.718	71.868	64.181
Industrial		1.431	1.381	16.179	23.380	7.334	9.928
Comercial, serviços e outros		10.295	10.067	66.970	74.794	28.724	30.538
Rural		35.140	34.460	215.591	206.091	62.580	55.624
Poder público		1.051	986	20.081	18.634	7.860	7.175
Iluminação pública		74	61	18.650	18.808	4.421	4.248
Serviço público		191	186	14.962	14.203	6.616	6.067
Consumo próprio		34	32	744	733	-	-
		125.927	123.468	525.832	516.361	189.403	177.761
Disponibilidade da rede elétrica - Faturado	22.1.2						
Consumidores cativos							
Residencial						72.249	73.600
Industrial						8.845	11.664
Comercial, serviços e outros						30.391	37.358
Rural						65.623	69.125
Poder público						8.106	8.504
Iluminação pública						4.523	5.208
Serviço público						5.134	5.554
Consumidores Livres		110	81	120.139	102.482	27.968	28.791
Agentes de geração		3	3	-	-	106	101
		113	84	120.139	102.482	222.945	239.905
Não Faturado	22.2						
Fornecimento						(1.181)	1.792
Disponibilidade da rede elétrica						(927)	1.938
						(2.108)	3.730
Ativos e passivos financeiros setoriais	9					16.090	(35.166)
Energia de curto prazo	22.3					9.901	4.234
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	22.4					84.566	79.761
Receita de construção	22.5					40.282	28.912
Valor justo do ativo financeiro indenizável	12.1					960	643
Outras receitas operacionais	22.6					5.333	4.688
Receita operacional bruta		126.040	123.552	645.971	618.843	567.372	504.468
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
PIS						(7.665)	(6.891)
COFINS						(35.304)	(31.739)
ICMS						(60.111)	(58.953)
ISSQN						(109)	(109)
						(103.189)	(97.692)
Encargos do consumidor	22.7					(65.209)	(59.558)
Penalidades	22.8					(1.080)	(592)
Receita operacional líquida		126.040	123.552	645.971	618.843	397.894	346.626

Resultados de 2024

22.1 Receita faturada

22.1.1 Fornecimento – Faturado (Tarifa de energia – TE)

A receita é reconhecida por meio da entrega de energia elétrica, realizada durante um período específico, conforme as medições que ocorrem de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O valor justo da contraprestação é calculado utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL.

22.1.2 Disponibilidade da rede elétrica – Faturado (Tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD)

A receita proveniente da disponibilidade da rede elétrica resulta da disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição para os consumidores cativos e livres. O valor justo da contraprestação é calculado conforme as tarifas definidas pelo Órgão Regulador.

22.1.3 Reajuste tarifário anual de 2024

O reajuste tarifário está previsto no contrato de concessão da Companhia e tem como objetivo o reposicionamento das tarifas, visando cobrir os custos de energia, encargos e outros financeiros referentes à Parcela A. Além disso, a atualização da Parcela B é realizada para contemplar a receita da distribuidora destinada à prestação de serviços e remuneração dos investimentos.

No dia 17 de setembro de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.383, a ANEEL homologou o índice de reajuste tarifário anual da Companhia em -3,49%, o qual corresponde ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da Santa Maria.

Na composição do reajuste, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio de -4,02%, enquanto a variação de custos da Parcela B, bem como o efeito dos componentes financeiros, foram responsáveis pelas variações de +1,18% e -0,65% na tarifa, respectivamente.

As tarifas reajustadas estarão em vigor no período de 22 de setembro de 2024 a 21 de setembro de 2025.

22.2 Receita não faturada

Refere-se a energia fornecida e a disponibilização da rede elétrica de distribuição que ainda não foram faturadas. A mensuração da receita não faturada é realizada em bases estimadas e considera o período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do exercício.

22.3 Energia de curto prazo

A receita é reconhecida no momento da comercialização do excedente de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A contraprestação a receber é calculada multiplicando a quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Os resultados dessas operações foram comunicados pela CCEE e validados pela Companhia.

22.4 Subvenções vinculadas ao serviço concedido

Composição	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Descontos tarifários	22.4.1	80.671	77.222
CCRBT	22.4.2	1.865	1.484
CDE Eletrobras	22.4.3	2.030	1.055
Total		84.566	79.761

22.4.1 Descontos tarifários

A receita é reconhecida quando são aplicados os descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais. A mensuração da receita é realizada pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo beneficiada e a tarifa efetivamente aplicada nas faturas de energia elétrica.

As principais variações observadas no exercício de 2024 decorrem de: (i) crescimento do consumo de consumidores classificados como carga de fonte incentivada; (ii) inclusão, a partir do reajuste tarifário de 2023, das subvenções relacionadas ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”), conforme o artigo 22 da Lei nº 14.300/2022; e (iii) encerramento, em dezembro de 2023, da subvenção concedida às classes rural, água esgoto e saneamento, nos termos do Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018.

22.4.2 Bandeiras tarifárias

As Bandeiras Tarifárias, implementadas a partir de 2015 por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, posteriormente revogada pela Resolução Normativa nº 1.000/2021, representam um mecanismo regulatório que reflete as condições atuais para a geração de energia elétrica, abrangendo desde cenários mais favoráveis até os mais desafiadores. Esse sistema desempenha um papel crucial ao alertar os consumidores finais sobre as condições do mercado energético.

A aplicação das Bandeiras Tarifárias está diretamente vinculada aos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras, os quais podem ser impactados por fatores como dificuldades hídricas, influenciando, consequentemente, o valor a ser faturado aos consumidores. Esse mecanismo aproxima a arrecadação prevista com as bandeiras aos custos incorridos no período de acionamento. Os eventuais custos não cobertos pela receita com bandeiras são considerados no processo tarifário subsequente.

Atualmente, existem quatro faixas de acionamento e adicionais de bandeiras determinados pela Resolução Homologatória nº 3.306 de 05 de março de 2024: (i) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 78,77/MWh; (ii) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 44,63/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 18,85/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

A bandeira tarifária permaneceu verde de abril de 2022 até junho de 2024. Em julho, foi alterada para amarela, seguida de verde em agosto, vermelha (patamar 1) em setembro, vermelha (patamar 2) em outubro, amarela em novembro e, por fim, verde em dezembro de 2024.

A receita reconhecida se refere aos valores recebidos através de repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

Resultados de 2024

22.4.3 CDE Eletrobras

A receita reconhecida se refere aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. Os valores repassados em 2024 e 2023 foram estabelecidos pelos Despachos nº 1.239, de 23 de abril de 2024, e nº 1.120, de 24 de abril de 2023, respectivamente.

22.5 Receita de construção

A receita de construção da infraestrutura é equivalente ao custo de construção. Esses valores são obrigatoriamente reconhecidos de acordo com a ICPC 01 - Contratos de Concessão e refletem o custo de construção de obras relacionadas aos ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. Não há margem incorporada nessa atividade, pois a função principal da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e toda a receita de construção está vinculada à construção de infraestrutura para suportar essa atividade principal. Além disso, a construção da infraestrutura é terceirizada pela Companhia. Mensalmente, o custo de construção é registrado no resultado como a totalidade dos investimentos concluídos adicionados ao ativo intangível (Nota Explicativa nº 12.2).

22.6 Outras receitas operacionais

Composição	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Compartilhamento de infraestrutura	11	3.337	2.889
Serviços cobráveis		567	633
Arrecadação de convênios		308	749
Ganhos na alienação de bens e direitos		1.068	295
Arrendamentos e aluguéis		53	56
Indenizações		-	66
Total		5.333	4.688

22.7 Encargos do consumidor

Composição	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19	(1.767)	(1.972)
Programa de Eficiência Energética - PEE	19	(1.767)	(1.168)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19	(61.201)	(56.013)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	19	(474)	(405)
Total		(65.209)	(59.558)

22.8 Penalidades

Refere-se às compensações pagas aos consumidores cativos, relacionadas aos indicadores individuais de continuidade (DIC, FIC, DMIC e DICRI), os quais indicam a duração e frequência das interrupções de energia, assim como a duração máxima que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem compensações financeiras na fatura de energia. A receita é reconhecida líquida destas compensações.

23. Custos dos serviços e despesas operacionais

Conforme requerido pelo artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia efetua a classificação de seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função. Assim, os gastos são segregados entre custos e despesas, levando em consideração a origem e a função desempenhada dentro da empresa.

Na diferenciação entre custos e despesas, são considerados como custos os gastos diretamente associados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados à concessão. Isso abrange a aquisição de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, além dos custos relacionados ao atendimento comercial e a operação e manutenção da concessão. Por sua vez, as despesas operacionais englobam os gastos relacionados à administração da empresa, representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio, como pessoal administrativo, remuneração da administração, estimativas de perdas com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Os custos dos serviços e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, por natureza de gastos, possuem a seguinte composição:

Natureza de gastos	Nota	Custos dos serviços				Despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
		Com energia elétrica	De operação	Prestados a Terceiros	Total			
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	162.359	-	-	162.359	-	162.359	146.321
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	23.1	57.460	-	-	57.460	-	57.460	54.950
Pessoal e administradores	23.2	-	29.526	-	29.526	17.248	46.774	41.703
Materiais	-	-	4.662	-	4.662	459	5.121	3.863
Serviços de terceiros	23.3	-	16.603	-	16.603	2.663	19.266	15.254
Depreciação e Amortização	23.4	-	9.353	-	9.353	637	9.990	8.805
Seguros	-	-	823	-	823	10	833	656
Arrendamentos e aluguéis	-	-	914	-	914	492	1.406	1.144
Provisões	-	-	1.365	-	1.365	-	1.365	1.601
Tributos	-	-	895	-	895	176	1.071	620
Custo de construção	-	-	-	40.282	40.282	-	40.282	28.912
Outros gastos	-	-	4.450	-	4.450	3.241	7.691	6.032
Total		219.819	68.591	40.282	328.692	24.926	353.618	309.861

23.1 Custo com energia elétrica

Composição	31/12/2024		31/12/2023	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Energia elétrica comprada para revenda	622.857	162.359	624.248	146.321
Suprimento de Energia Elétrica	622.857	176.494	624.248	159.964
Energia Bilateral	176.171	43.012	119.079	27.787
Energia de Leilão	147.215	39.299	121.589	33.525
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	11.807	6.521	11.298	6.723
Energia de curto prazo - CCEE	-	19.943	-	11.331
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	67.774	15.557	122.242	26.672
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	20.192	6.983	20.581	6.980
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	97.880	17.163	123.047	19.874
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	101.818	22.477	106.412	23.144
Geração Distribuída - Lei 14.300/2022	-	5.539	-	3.928
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(14.135)	-	(13.643)
PIS	-	(2.521)	-	(2.433)
Cofins	-	(11.614)	-	(11.210)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	57.460	-	54.950

Resultados de 2024

Composição	31/12/2024		31/12/2023	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	63.291	-	60.588
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Conexão	-	45.668	-	44.237
Transporte Itaipu	-	3.745	-	3.909
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	2.471	-	454
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	11.331	-	11.988
Encargo de Potência para Reserva de Capacidade - ERCAP	-	76	-	-
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(5.831)	-	(5.638)
PIS	-	(1.040)	-	(1.006)
Cofins	-	(4.791)	-	(4.632)
Total	622.857	219.819	624.248	201.271

23.2 Pessoal e Administradores

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	41.293	36.730
Remuneração	25.642	23.224
INSS	7.083	6.429
FGTS	1.991	1.814
Previdência privada	1.038	932
Auxílio Alimentação	3.216	2.641
Despesas rescisórias	563	104
Outros benefícios	1.760	1.586
Administradores (Diretoria e Conselho)	5.481	4.973
Honorários	4.132	3.745
INSS	832	756
FGTS	232	219
Previdência privada	285	253
Total	46.774	41.703

23.3 Serviços de terceiros

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Consultoria	1.781	1.077
Auditoria	95	81
Assessoria jurídica	181	466
Comercial	473	332
Manutenção	2.948	2.397
Vigilância	283	264
Informática	1.098	924
Leitura de medidores e outros	9.121	8.043
Limpeza de faixas de servidão	3.259	1.652
Outros	27	18
Total	19.266	15.254

Resultados de 2024

23.4 Depreciação e Amortização

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Quota de amortização do intangível no exercício	10.839	9.572
(-) Créditos de tributos recuperáveis - PIS	(151)	(137)
(-) Créditos de tributos recuperáveis - COFINS	(698)	(630)
Total	9.990	8.805

24. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim representado:

	31/12/2024			31/12/2023
Resultado financeiro	Receita	Despesa	Total	Total
Operações com ativos e passivos financeiros setoriais				
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	-	(2.785)	(2.785)	(1.621)
	-	(2.785)	(2.785)	(1.621)
Operações com capitais de terceiros				
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(5.943)	(5.943)	(1.260)
Encargos - Arrendamentos	-	(399)	(399)	(451)
	-	(6.342)	(6.342)	(1.711)
Operações com compra de energia elétrica				
Variação cambial	76	(774)	(698)	176
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	2	(402)	(400)	(404)
	78	(1.176)	(1.098)	(228)
Outras operações				
Receita com aplicações financeiras	4.522	-	4.522	5.423
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	6.473	-	6.473	5.881
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	-	(22)	(22)	(39)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(477)	(477)	(505)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	700	(99)	601	(540)
Atualização monetária de parcelamentos de tributos	-	(415)	(415)	(593)
Outras operações	119	(127)	(8)	(197)
	11.814	(1.140)	10.674	9.430
(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras				
PIS	(77)	-	(77)	(77)
COFINS	(473)	-	(473)	(471)
	(550)	-	(550)	(548)
Resultado financeiro	11.342	(11.443)	(101)	5.322

25. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

25.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado do imposto a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de tributos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, nos termos do Laudo Constitutivo nº 77/2018, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), reconhecido pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) por meio do Despacho Decisório nº 224/2020-EBEN-DEVAT07/DRF/NIT e do Ato Declaratório Executivo nº 83/2020. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica “Reserva de incentivos fiscais” nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

25.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando necessário.

Resultados de 2024

25.3 Despesas de imposto de renda e contribuição social no exercício

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	44.175	42.087
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	(15.020)	(14.310)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações e contribuições	(162)	(205)
Multas indedutíveis	(273)	(149)
Juros sobre o capital próprio	4.180	4.141
Outras adições/exclusões	(77)	(99)
Incentivo fiscal SUDENE	2.966	3.291
Incentivo fiscal PAT	186	195
Doações dedutíveis	35	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(8.165)	(7.136)
IRPJ e CSLL corrente	(8.137)	(7.260)
IRPJ e CSLL diferido	(28)	124
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	18,48%	16,96%

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

26.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

			31/12/2024		31/12/2023	
	Nota	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	45.434	45.434	45.662	45.662
Consumidores, concessionárias e permissionárias	06	2	45.813	45.813	55.226	55.226
Repasse CDE	10	2	28.727	28.727	27.366	27.366
			119.974	119.974	128.254	128.254
Valor justo por meio do resultado						
Ativo financeiro indenizável	12.1	2	25.194	25.194	17.330	17.330
			25.194	25.194	17.330	17.330
			145.168	145.168	145.584	145.584
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	2	29.617	29.617	32.392	32.392
Arrendamentos	14.2	2	8.041	8.041	5.253	5.253
Passivos financeiros setoriais, líquidos	9	2	27.601	27.601	41.313	41.313
Empréstimos e financiamentos	16	2	109.115	109.115	41.308	41.308
Encargos setoriais	19	2	5.251	5.251	6.176	6.176
			179.625	179.625	126.442	126.442
			179.625	179.625	126.442	126.442

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado.

26.2 Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio.

Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio.

Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

26.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, que se encontram detalhados a seguir:

• Risco cambial

O risco cambial surge devido à possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, o que pode resultar em perdas para a Companhia, especialmente em situações de valorização de moedas estrangeiras em relação ao Real.

A Companhia enfrenta exposição ao risco de variação cambial, especificamente relacionado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica adquirida de Itaipu. No entanto, é relevante destacar que os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor através da tarifa, utilizando o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

• Risco de taxa de juros e variações monetárias

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou em outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras referentes a empréstimos, financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Para mitigar esse risco, a empresa adota uma abordagem proativa, realizando monitoramento constante das taxas de juros de mercado. O objetivo é avaliar a eventual necessidade de contratar proteção contra a volatilidade dessas taxas, visando reduzir a exposição a mudanças abruptas e imprevistas nos custos de financiamento ou nos retornos de aplicações financeiras.

Além disso, a Companhia implementou uma análise de sensibilidade para mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a esses riscos. A análise busca estimar o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress, mantendo outras variáveis constantes.

Resultados de 2024

No cenário provável, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras, incorporando variações nos indicadores: CDI/Selic de 15,00% e IPCA de 5,51%, conforme previsto na mediana das expectativas de mercado para 2025 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 31 de janeiro de 2025. Por sua vez, os cenários II e III, consideram uma degradação de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco primário do instrumento financeiro em comparação ao nível empregado no cenário provável. Essa análise é conduzida como resposta a eventos extraordinários que possam impactar o cenário econômico.

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Risco	Taxa no exercício	Saldo Exposição	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	Queda CDI/Selic	15,00%	42.771	6.416	(1.604)	(3.208)
Ativo financeiro indenizável	Queda IPCA	5,51%	25.194	1.388	(347)	(694)
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Aumento IPCA	5,51%	(111.605)	(6.149)	1.537	3.075
Parcelamento de tributos	Aumento CDI/Selic	15,00%	(5.459)	(819)	205	409
Passivos financeiros setoriais, líquidos	Aumento CDI/Selic	15,00%	(27.601)	(4.140)	1.035	2.070

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir seus compromissos nos respectivos vencimentos. Para mitigar esse risco, a gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente medidas que incluem o alongamento dos prazos dos empréstimos e financiamentos, a desconcentração dos vencimentos e a diversificação de instrumentos financeiros.

O monitoramento contínuo do fluxo de caixa permite identificar eventuais necessidades de captação de recursos com antecedência suficiente para estruturação e escolha das melhores fontes. No caso de haver sobras de caixa, a Companhia realiza aplicações financeiras com o objetivo de preservar sua liquidez.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 42.771 (R\$ 38.707 em 31 de dezembro de 2023).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa contratados, em 31 de dezembro de 2024:

Passivos financeiros	2025	2026	2027	2028	2029	2030+
Não derivativos						
Fornecedores	29.617	-	-	-	-	-
Arrendamentos	1.557	1.618	1.591	1.566	1.709	-
Empréstimos e financiamentos	6.260	5.947	5.947	5.947	5.947	79.067
Encargos setoriais	5.251	-	-	-	-	-

26.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Esse risco está relacionado principalmente aos grupos descritos a seguir:

• Consumidores

O contrato de concessão de distribuição estabelece a prestação de serviços de forma abrangente dentro da área de concessão e impede que aspectos relacionados à renda sejam utilizados para recusar novos consumidores. Embora essa regra limite a consideração de fatores de risco de inadimplência para novos clientes, a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, sendo a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes a principal delas.

Adicionalmente, a Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, incluindo call center, lojas de atendimento presencial, internet e aplicativo. Isso permite ao consumidor a possibilidade de negociar permanentemente os valores em aberto.

O risco de a Companhia incorrer em perdas devido à dificuldade de receber os valores faturados de seus clientes é considerado baixo. Esse baixo risco de crédito é atribuído à grande diversificação dos clientes atendidos pela empresa.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2024, considerado adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R\$ 4.773 (R\$ 3.883 em 31 de dezembro de 2023).

• Instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. Adicionalmente, todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que possuem características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI e não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais derivam das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e os incluídos na tarifa no início do período tarifário, em comparação com os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas da Companhia e incorpora esses ativos nas mesmas. Além disso, o contrato de concessão também garante que a Companhia será indenizada pelos saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa, decorrente da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e decorre dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária, que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito

da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

26.2.4 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica.

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no Mercado de Curto Prazo – MCP. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

26.2.5 Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na Nota Explicativa nº 16.1. Até 31 de dezembro de 2024 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os financiamentos na respectiva Nota Explicativa nº 16.1. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

26.2.6 Risco regulatório

Por se tratar de uma atividade regulamentada e fiscalizada pelo órgão regulador e outras entidades relacionadas ao setor, a Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos. Qualquer alteração no ambiente regulatório pode exercer impacto sobre

suas atividades. Para mitigar os riscos regulatórios, a Companhia realiza o monitoramento constante dos cenários que envolvem o negócio.

26.2.7 Risco hidrológico

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

26.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida (caixa líquido) da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Total de empréstimos e financiamentos	109.115	41.308
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(45.434)	(45.662)
Endividamento (caixa) líquido	63.681	(4.354)
Total do patrimônio líquido ("PL")	200.251	191.547
Endividamento (caixa) líquido / PL	32%	-2%

27. Benefícios pós-emprego

A Companhia atua como patrocinadora do plano de benefícios complementares de aposentadoria destinado exclusivamente a empregados e diretores, com a modalidade de Contribuição Definida. Este plano é gerido pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), uma entidade fechada de previdência complementar.

O Plano de Contribuição Definida caracteriza-se por envolver a contribuição fixa da entidade patrocinadora a uma entidade separada (fundo de pensão), sem a obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para cobrir todos os benefícios devidos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 33 (R1), a Companhia registra contabilmente os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta. Isso ocorre porque a obrigação anual da entidade patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, dispensando, assim, a necessidade de avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e eliminando a possibilidade de variações atuariais.

As obrigações referentes às contribuições ao plano de Contribuição Definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços correlatos são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são registradas como ativo na medida em que haja a possibilidade de reembolso de caixa ou redução em pagamentos futuros.

Resultados de 2024

Cabe destacar que as obrigações são mensuradas com base não descontada, a menos que não vençam integralmente dentro de doze meses após o término do período em que os empregados prestam os serviços.

No exercício de 2024, as contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores totalizaram R\$ 1.323 (R\$ 1.185 em 2023).

28. Saldo e transações entre partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia incluem seus acionistas, empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração. As principais transações realizadas entre partes relacionadas, reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar, juntamente com as receitas e/ou custos/despesas correspondentes, estão associadas a arrendamentos de imóveis, contratos de utilização do sistema de distribuição e transmissão de energia, compra de energia elétrica, bem como à prestação de serviços relacionados a operação e manutenção das atividades da Companhia. As transações derivadas das operações em ambiente regulado são faturadas conforme os critérios e definições estabelecidos pela ANEEL.

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Santa Maria Participações S.A.	Arrendamentos	(a)	(7.271)	(5.253)	(1.508)	(1.460)
Total - Arrendamentos			(7.271)	(5.253)	(1.508)	(1.460)
Santa Maria Participações S.A.	Prestação de serviços	(b)	-	-	-	(2.920)
Santa Maria Soluções Ltda.		(b)	-	-	(9.121)	(5.123)
Santa Maria Participações S.A.		(c)	-	-	10	11
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.		(c)	-	-	6	8
Santa Maria Energética S.A.		(c)	-	-	10	10
Santa Maria Soluções Ltda.		(d)	-	-	(827)	(568)
Total - Prestação de serviços			-	-	(9.922)	(8.582)
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Venda de Energia Elétrica	(e)	(3.284)	(3.385)	(43.011)	(27.787)
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.	Encargo de Transmissão	(f)	-	-	106	101
Total - Operações com energia elétrica			(3.284)	(3.385)	(42.905)	(27.686)
Santa Maria Participações S.A.	Ordem de Dispendio a Reembolsar	(g)	3	12	-	-
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.			96	7	-	-
Angelo Arpini Coutinho			-	12	-	-
Arthur Arpini Coutinho			12	19	-	-
Martina Hulle da Silveira Coutinho			3	1	-	-
Henrique Barbieri Coutinho			1	2	-	-
Total - Ordem de dispendio a reembolsar			115	53	-	-
Total			(10.440)	(8.585)	(54.335)	(37.728)

- (a) Refere-se aos contratos de arrendamento de imóveis destinados à sede administrativa, a seis escritórios de atendimento, a um refeitório e a um depósito de materiais da Companhia, submetidos à anuência prévia da ANEEL nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e Negócios Jurídicos entre Partes Relacionadas. Em 8 de novembro de 2024, por meio do Despacho nº 3.439, foi concedida anuência prévia aos referidos contratos, os quais possuem vigência até 2029.
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reaviso, corte e religação, submetido à anuência prévia da ANEEL nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Em 26 de dezembro de 2024, por meio do Despacho nº 3.893, foi concedida anuência prévia ao referido contrato, o qual possui vigência até 2029.

Resultados de 2024

- (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.
- (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de instalação de sistema de comunicação, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas, e previamente anuído pela ANEEL conforme Despacho nº 184, de 23 de janeiro de 2023. Além disso, abrange o contrato de prestação de serviços relacionados à manutenção elétrica, treinamentos técnicos e divulgação de projetos vinculados ao Programa de Eficiência Energética (PEE), cujo objeto é dispensado de anuência prévia pelo órgão regulador.
- (e) Refere-se ao contrato de compra de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado nos termos do Despacho ANEEL nº 2.666/2020.
- (f) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição – MUSD.
- (g) Refere-se, principalmente, a montantes relativos ao rateio de prêmios de seguro consolidados em uma única apólice. Os valores registrados são reembolsados no mês em que o dispêndio ocorre, não afetando, portanto, o resultado nem o fluxo de caixa da Companhia.

28.1 Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores da Companhia, ao longo dos exercícios de 2024 e 2023, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	Ref.	31/12/2024	31/12/2023
Honorários		4.132	3.745
INSS		832	756
FGTS		232	219
Previdência privada		285	253
Participações estatutárias	(a)	3.719	3.497
Total		9.200	8.470

- (a) Participações estatutárias:** desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores, baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	36.010	34.951
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(2.966)	(3.291)
Lucro líquido do exercício ajustado	33.044	31.660
Participações estatutárias (10%) – Observado o art. 152, § 1º da LSA	2.906	2.732
INSS sobre participações estatutárias (20%)	581	546
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	232	219
Participações estatutárias	3.719	3.497

Resultados de 2024

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Limite de Indenização	
			31/12/2024	31/12/2023
Risco operacional	(a)	29/10/2025	81.620	74.054
Responsabilidade civil geral	(b)	29/10/2025	2.000	2.000
Responsabilidade civil de administradores e diretores	(c)	28/11/2025	20.000	20.000
Total			103.620	96.054

- (a) **Risco operacional:** cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.
- (b) **Responsabilidade civil geral:** cobertura securitária para danos materiais e morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.
- (c) **Responsabilidade civil de administradores e diretores:** Cobertura securitária para proteção dos administradores e diretores da Companhia contra reclamações e ações judiciais decorrentes de atos ou omissões no exercício de suas funções, incluindo danos financeiros causados a terceiros.

Além das apólices de seguro relacionadas, a Companhia também assegura cobertura para a frota, proporcionando aos terceiros afetados em casos de sinistro proteção contra danos pessoais e/ou materiais ocorridos.

29.1 Despesas pagas antecipadamente

O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	31/12/2024	31/12/2023
Risco operacional	381	284
Responsabilidade civil	30	24
Frota	142	106
Responsabilidade civil de administradores e diretores	-	10
Total	553	424

30. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil					
	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030
2026 a 2054	178.138	181.459	167.161	175.939	184.736	3.738.602

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2024, e foram homologados pela ANEEL.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cícero Machado de Moraes

Presidente

Miguel Coutinho Coelho da Silva

Vice-Presidente

Fernando Antonio Moreira Calaes

Membro Independente

Ricardo Pinto Pinheiro

Membro

Angelo Arpini Coutinho Filho

Membro

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho

Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho

Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi

Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima

Contador - CRC: ES/009263/O-2

CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes

Os diretores e o contador da Companhia declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Forvis Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Colatina, 19 de março de 2025.

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Colatina - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque
CRC CE019775/O-9 T-RJ